

Universidade de Évora

Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus

Dissertação

2010/2013



“Ruanda e Darfur: análise de dois casos
de intervenção internacional”

Aluno: Daniel Sinclair Júlio, nº 8257

Orientador: Prof. Dr. Marco Martins

Agradecimentos

A quem desde de 2011 me ouve falar deste projecto.

A quem me apoiou quando faltava a motivação e a paciência. Ao Stephan Sinclair-Loutit por me ter concedido duas entrevistas fundamentais para a elaboração da dissertação. Ao Drº Marco António Martins por ter aceitado ser meu orientador e com isto esclarecer várias das questões que tinha. E, finalmente, à família e amigos, que directa ou indirectamente, me acompanharam, apoiaram e aconselharam durante este período.

Resumo

Os países têm direito à sua soberania e à autodeterminação, mas quando este direito reconhecido entra em conflito com os direitos humanos qual é a resposta adequada a ser dada pela comunidade internacional? Diversos observadores e analistas consideraram que a comunidade internacional falhou no Ruanda em 1994, quando ali teve lugar o genocídio dos tutsis. Se a comunidade internacional falhou no Ruanda porque é que parece nada ter aprendido com esta experiência e voltou a falhar quando se deram os conflitos no Darfur?

Será porque a natureza dos conflitos era diferente? Ou será porque nenhum Estado ou organização internacional está verdadeiramente interessado em arriscar a vida ou a imagem das suas forças de intervenção sem ganhar nada em troca? Estas são algumas das perguntas a que vou tentar responder nesta dissertação, onde compararei as duas regiões sob diversos aspectos, nas semelhanças, mas também na diversidade e, nomeadamente, ao nível da intervenção que se verificou num e noutra território.

Estas questões – e as respostas a elas - são importantes para melhor compreendermos as razões, os valores e quais os cenários que levam a comunidade internacional a agir e a intervir militarmente quando estão em causa, e são violados, os direitos humanos, sobretudo quando se verificam casos de genocídio.

Palavras-chave: Ruanda, Darfur, intervenção internacional

Abstract

All countries have the right to sovereignty and self-determination, but when it undermines human rights, what is the best response that the international community can have? It was said that the world failed Rwanda in the 1994 genocide, then why does it still fail in the case of the Darfur conflict?

Is it because the nature of conflict is different? Or is it because no state or organization is interested in risking its troops without getting anything in return? These are some of the questions we'll try to answer in this paper, where we compare the two different regions including the level of intervention.

This issue is important to better understand the reasons why the international community acts and intervenes militarily when human rights are violated, especially in the case of genocide.

Key words: Rwanda, Darfur, international intervention

Abreviaturas

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

CJI – Coligação de Justiça Internacional

DOMP – Departamento de Operações de Manutenção da Paz

EUA – Estados Unidos da América

FPR – Frente Patriótica do Ruanda

JEM – Movimento pela Justiça e Igualdade

KWSA – Kigali Weapons Secure Area

MNUS – Missão das Nações Unidas no Sudão

MRND – Movimento Republicano Nacional pela Democracia e Desenvolvimento

MUAS – Missão da União Africana no Sudão

NATO - Organização do Tratado do Atlântico Norte

ONG - Organização não-governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

OUA - Organização da Unidade Africana

RGF – Forças do Governo do Ruanda

RTLMC – Radio Télévision Libre des Milles Collines

SLM/A – Exército/Movimento da Libertação do Sudão

UA – União Africana

UE – União Europeia

UNAMID – Missão das Nações Unidas e da União Africana no Sudão

UNAMIR – Missão de Assistência das Nações Unidas para Ruanda

Índice

Agradecimentos	3
Resumo.....	4
Palavras-chave.....	4
Abstract	5
Key words.....	5
Abreviaturas	6
Índice.....	7
Introdução.....	9
Metodologia.....	11
Objectivo Principal e Secundários.....	12
Enquadramento Teórico	13
Capítulo I – Ruanda	15
1.1. Antecedentes do Genocídio do Ruanda.....	15
1.2. O que é que a comunidade Internacional sabia antes do Genocídio?.....	19
1.3. O Papel da França.....	27
1.4. O Papel dos EUA.....	29
1.5. O Genocídio de 1994.....	29
1.6. Genocídio: análise dos erros da comunidade internacional	34
Capítulo II – Darfur	38
2.1. Perspectiva histórica, política e social.....	38
2.2. O começo do conflito actual	40
2.3. Divisões Étnicas e Afins	42
2.4. A natureza do conflito em Darfur	43
2.5. Conflito em Darfur – Genocídio?	44
2.6. Intervenção Internacional	47
Capítulo III – Comparação: Ruanda vs Darfur	49
3.1. As Etnias	49
3.2. A Natureza dos Conflitos.....	50
3.3. Alertas de Genocídio/Limpeza Étnica	51
3.4. Comparação da Intervenção Internacional.....	52
Conclusão	58

Bibliografia	62
Anexo 1 – Telegrama de Dallaire - “Pedido de protecção para o Informante”	64
Anexo 2 – Primeira entrevista a Stephan Sinclair-Loutit.....	67
Anexo 3 – Segunda entrevista a Stephan Sinclair-Loutit	69

Introdução

O ano de 1994 ficou marcado por uma das mais graves violações aos direitos humanos das últimas décadas: o denominado genocídio do Ruanda. Cerca de 10 anos depois, um novo conflito surge, contendo algumas semelhanças relativamente ao genocídio do Ruanda. É o conflito do Darfur, que tal como o genocídio do Ruanda, envolve questões étnicas no centro da disputa.

O objectivo principal desta dissertação é a comparação entre os conflitos do Ruanda e do Darfur, nomeadamente em termos da intervenção militar promovida pela comunidade internacional a fim de conseguir limitar a perda de vidas humanas e de procurar uma solução negociada para a resolução do conflito.

No caso do Ruanda existiram muitos e bem documentados erros¹, seja na forma como se processou a intervenção, ou mesmo devido à não-intervenção em tempo útil, uma vez que só após vários meses de ter tido início o genocídio contra os tutsis, e apenas depois dos actos mais violentos terem mesmo acabado, é que a comunidade internacional resolveu intervir militarmente.

O conflito do Darfur tem sido comparado, por diversos analistas e em diversas ocasiões, com o conflito do Ruanda². A questão que se coloca é a seguinte: se, de facto, existe uma grande semelhança entre um e outro conflito, como se processou a intervenção internacional? Terá sido diferente num e noutro caso, o que significaria que a comunidade internacional “aprendeu” com os erros cometidos no Ruanda? Ou a intervenção internacional foi semelhante – o que significaria que tudo continuou igual apesar do tempo que separa uma e outra situação de emergência?

Uma das perguntas que ainda hoje se coloca, relativamente ao Darfur - ao contrário do Ruanda, onde está estabelecido internacionalmente que aconteceu, de facto, ali um genocídio -, é a de saber se, apesar da

¹ Erros admitidos por vários políticos e actores internacionais, tal como Nicolas Sarkozy em 2010 e Boutros-Boutros Ghali em 2004.

² Paul Welsh (BBC), Scott Straus (Departamento de Ciência Política, Universidade de Wisconsin), Kofi Annan

dimensão da tragédia, se pode qualificar o que aconteceu ali também como um genocídio ou não. A comunidade internacional divide-se acerca desta matéria, embora exista um grande consenso relativamente ao facto de que ocorreram efectivamente grandes violações aos direitos humanos nesta região.

Nesta dissertação pretendo responder a esta questão, ou seja, se o conflito no Darfur pode ser classificado – ou não – como um verdadeiro genocídio. Todos os Estados têm direito à sua soberania e autodeterminação, mas quando existem violações graves aos direitos humanos, especialmente em casos de genocídio, a comunidade internacional tem a responsabilidade moral de intervir, mesmo que isto implique o uso da força. Por isso, a questão de se saber se se tratou efectivamente ou não de um genocídio é importante do ponto de vista do direito internacional.

Também na comparação entre os dois conflitos procurarei encontrar as diferenças existentes e determinar como estas poderão ter influenciado o facto da intervenção militar no Darfur ter sido muito maior, em termos de efectivos, de logística e de capacidade de acção no terreno, quando se compara com a que teve lugar no Ruanda, embora tenha sido, na opinião de vários analistas, tardia.

Existem também outros aspectos que podem explicar a falta de intervenção em casos como estes, de grande dimensão, e em que ficou desde logo provado que se estavam a verificar graves violações dos direitos humanos.

Por exemplo, os EUA não participaram na intervenção no Ruanda. Uma das explicações, pelo menos em parte, é a de que, meses antes, tinha fracassado a sua intervenção em Mogadixo, na Somália, tendo as tropas norte americanas sido obrigadas a abandonar o país, naquela que parecia uma missão relativamente fácil, e temiam que o mesmo pudesse acontecer no Ruanda. No caso do Darfur, a razão pela qual os EUA não participaram na intervenção, poderá explicar-se pelo facto de já estarem a combater no Afeganistão e no Iraque. Ou, também, porque quer o Ruanda, quer o Darfur não fazem parte das opções estratégicas (ou económicas) dos Estados

Unidos e estão mais perto dos jogos de interesse europeus (França, Bélgica...)

Julgo que este tema é importante para melhor compreendermos as políticas e também os critérios que a comunidade internacional leva em linha de conta quando decide ou não intervir num conflito interno de um qualquer Estado, sobretudo no caso de existirem reconhecidas atrocidades cometidas contra as próprias populações.

A razão pela qual escolhi o Ruanda e o Darfur, como duas regiões de comparação possível, prende-se com a sua semelhança não só em termos de localização geográfica, mas também no tipo de conflito que se verificou quer num, quer noutro país, opondo diferentes etnias, ainda que nem sempre claramente reconhecíveis, como é o caso do Darfur em que apesar da oposição entre "árabes" e "africanos" quase nada os distingue, em termos étnicos ou religiosos.

Pretendi também analisar as razões pela demora na intervenção militar no Darfur e porque é que se cometeram ali alguns dos mesmos erros grosseiros que foram cometidos no Ruanda – e, a propósito dos quais, a comunidade internacional admitiu que "todo o mundo falhou no Ruanda"³.

Metodologia

Relativamente à metodologia usei livros de vários autores especializados na área em questão e daí procurei tirar as minhas próprias ilações. Relatórios de ONG's como a International Crisis Group, as Nações Unidas e a União Africana também serão imprescindíveis já que, por serem organizações sem fins lucrativos, é provável que não tenham interesses económicos em jogo e que, por isso, os documentos que produzam sejam isentos, não beneficiando quaisquer interesses particulares.

Em questões como a hipótese de genocídio ou as violações dos direitos humanos, é difícil chegar-se a um consenso quanto a números

³ Bill Clinton, 25 de Março de 1998

verídicos e fiáveis. Por isso tentei apresentar o máximo de estimativas que conseguir obter de fontes credíveis, para conseguir construir uma média ou, pelo menos, um número máximo e um número mínimo.

Entrevistei Stephan Sinclair-Loutit, chefe do posto do ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados) em Farchana (Chade) entre Janeiro de 2005 e Março de 2006. As entrevistas que fiz são qualitativas e semiestruturadas sobre a sua opinião relativamente a diversos temas relacionados com o Darfur, já que o campo de refugiados que dirigia era um dos campos centrais para o acolhimento de milhares de deslocados do conflito do Darfur. A alta posição de Stephan Sinclair-Loutit na estrutura do ACNUR (com inúmeras missões em todo o mundo, sobretudo em África - Chade, Angola... e na Ásia - Camboja, Birmânia...) pode ajudar-nos também, pelas suas respostas, a perceber os jogos de interesse (económicos, políticos, religiosos e mesmo pessoais) que muitas vezes se manifestam quando se trata de decidir se deve haver ou não uma intervenção militar por parte da comunidade internacional num dado país ou região.

Objectivo Principal e Secundários

Esta dissertação tem o objectivo de responder à questão principal já referida: se, de facto, existe uma grande semelhança entre os dois conflitos, será que, no entanto, existiu uma intervenção internacional diferente nos dois casos? Contudo, para responder a esta pergunta terei que abordar outros temas, que me levarão a outras perguntas secundárias.

- Pode-se caracterizar como genocídio o que aconteceu no Darfur?
- Quais as diferenças e semelhanças na natureza dos dois conflitos?
- Quais as diferenças e semelhanças na origem de ambos os conflitos?
- O que mudou na capacidade de intervenção internacional depois dos conflitos?

Relativamente à estrutura da dissertação, começarei pelo conflito do Ruanda. Estudarei as origens do conflito, o papel da comunidade internacional e a (não) intervenção internacional. No segundo capítulo, farei o mesmo, mas relativamente ao Darfur. De seguida farei uma comparação entre os dois conflitos e as intervenções internacionais que se verificaram quer num, quer noutro país.

Acabarei a dissertação com uma conclusão onde reponderei à questão principal já apresentada.

Penso que neste tema haverá quatro diferentes hipóteses de trabalho e de investigação. Elas são as seguintes:

1. A comunidade internacional fracassou tanto no Darfur como no Ruanda;
2. Os conflitos do Ruanda e do Darfur têm uma natureza completamente diferente e, por isso, a intervenção internacional que deveria ter sido posta em prática no Ruanda (mas que não foi) não seria adequada para o Darfur;
3. A comunidade internacional aprendeu com os erros no Ruanda e implementou uma intervenção significativa no Darfur;
4. A comunidade internacional aprendeu com alguns dos erros no Ruanda, mas não com todos, de maneira que a intervenção no Darfur foi melhor sucedida, mas não conseguiu ser um sucesso total.

Enquadramento Teórico

Um dos aspectos centrais nesta dissertação, é a do papel da ONU e de outras organizações não-governamentais. Quando deve ou não, a comunidade internacional envolver-se em conflitos? Para Adriano Moreira⁴, o principal objectivo da ONU é a manutenção da paz. Adriano Moreira diz ainda, que:

⁴ Adriano Moreira, Teoria das Relações Internacionais (Coimbra: Almedina, 2011)

“Embora o Conselho de Segurança esteja legalmente dotado de todos os poderes para intervir, inclusivamente com forças armadas, os mecanismos de formação das decisões que foram introduzidos paralisaram completamente o Conselho.”⁵

O autor está principalmente a falar aqui sobre o direito de veto dos cinco grandes – os EUA, a Rússia, a França, a Inglaterra e a China. Se algum destes cinco grandes, veta uma resolução, é automaticamente chumbada. Relativamente, ao objecto de estudo, qualquer intervenção seria chumbada caso o direito de veto fosse usado, o que acontece frequentemente.

Adriano Moreira, refere que a consequência dos mecanismos de formação de decisões tem sido a inoperância do Conselho de Segurança. Diz ainda que:

“em vez de Decisões do Conselho, a ONU faz Recomendações da Assembleia, pelo que os Estados apenas fornecem tropas se o desejarem fazer. Em todo o caso a ONU tem actuado, quer enviando forças de paz, quer enviando observadores, quer nomeando comissões de investigação.”⁶

⁵ Adriano Moreira, Teoria das Relações Internacionais (Coimbra: Almedina, 2011)

⁶ Adriano Moreira, Teoria das Relações Internacionais (Coimbra: Almedina, 2011)

Capítulo I – Ruanda

1.1. Antecedentes do Genocídio do Ruanda

Para melhor compreendermos o conflito do Ruanda, que opôs a etnia Hutu e a etnia Tutsi, temos que recuar no tempo, uma vez que, para melhor percebermos o que se passa no mundo de hoje, é preciso percebermos como é que chegámos até aqui.

Durante o século XIV e XV, os Tutsi, uma tribo de pastores com origem no vale do Nilo, chegaram ao Norte do Ruanda e juntaram-se em diversos grupos, constituindo vários pequenos pólos de poder independentes e espalhados pela região. No fim do século XV, alguns destes pólos juntaram-se para formar um Estado, perto de Kigali, sob a liderança de Ruganzu I Bwimba. No século XVI, a dinastia Tutsi começou o seu processo de expansão (que continuou até quase ao fim do século XIX), liderado pelo proeminente líder Tutsi Kigeri IV Rwabugiri.

As conquistas Tutsi iniciaram um processo de integração política. A pertença das terras foram gradualmente transferidas das tribos Hutu para os *mwami*, o rei dos Tutsi, que se tornou o chefe supremo, e em teoria, o chefe do país. O sistema social feudal baseado em castas – os conquistadores Tutsi e os conquistados Hutu – era a força dominante das relações sociais e especialmente das relações económicas e políticas. O gado, um dos elementos vitais no sistema social da época, era controlado pelos Tutsi, que por sua vez dividiam o seu uso pelos Hutu. Os Hutu eram quem cultivava a comida, mas não tinham direito a governarem. Os Tutsi não participavam em qualquer tipo de trabalho manual. No entanto, apesar deste sistema muito rígido de divisão dos papéis sociais, as castas não eram estanques e eram permeáveis uma à outra em vários aspectos e o Noroeste do território continuava a ser controlado pelos Hutu. O casamento entre as duas etnias era comum, especialmente entre homens Tutsi e mulheres Hutu. A linguagem Hutu, *Kinyarwanda*, também foi, em muitos casos, adoptada pelos Tutsi.

O primeiro europeu, que se sabe, a explorar a região foi John Hanning Speke, que viajou com Richard Burton até ao Lago Tanganica, em 1858. Após a conferência de Berlim de 1884-85, a zona de influência alemã na África Oriental foi muito aumentada, de tal modo que o Ruanda e o Burundi passaram a estar na zona de influência alemã. Em 1894, um tenente alemão, Gustav Adolf von Gotzen descobriu o Lago Kivu e os missionários Católicos não demoraram em seguir os seus passos. Depois dos *mwami* se terem submetido ao poder alemão sem resistência, em 1899, os alemães passaram a administrar o território através das autoridades tradicionais, de acordo com as leis e costumes da região.

Durante a Primeira Guerra Mundial, em 1916, a Bélgica viria a ocupar o território, ocupação esta que seria posteriormente reconhecida por um mandato da Liga das Nações em 1923 conhecido por Ruanda-Urundi. Em 1925, foi formada uma união administrativa entre o referido mandato Ruanda-Urundi e o Congo Belga. Uma das políticas centrais dos belgas foi o fortalecimento do controlo efectivo da dinastia Tutsi – sob supervisão belga – em todo o Ruanda.

Em 1946, o Ruanda-Urundi tornou-se um protectorado das Nações Unidas, mas ainda sob administração belga. Diversos acontecimentos políticos e sociais em África e no Mundo, ocorridos depois da Segunda Grande Guerra, despertaram a consciência política Hutu e levaram a que os Hutu pedissem a abolição das desigualdades sociais e políticas em que viviam.

Em Novembro de 1959 teve início uma revolução Hutu, que se prolongou esporadicamente durante alguns dos anos seguintes. Vários Tutsis foram mortos ou fugiram para países vizinhos durante a campanha anti-Tutsi por todo o país que ficou conhecida como "*o vento da destruição*". As autoridades belgas, juntamente com os missionários católicos, forneceram um apoio crucial aos Hutu neste período de tensão e de conflito.

Um governo provisório, tendencialmente republicano e composto predominantemente por membros do partido Parmehutu⁷, foi constituído no

⁷ Partido do Movimento da Emancipação Hutu.

Ruanda em Outubro de 1960, sem recurso a eleições. Poucos meses mais tarde, os líderes do Parmehutu proclamaram a deposição dos *mwami* e a criação de um regime republicano. O novo regime foi reconhecido *de facto* pela autoridade belga, mas a ONU declarou que foi estabelecido de forma irregular e à margem da lei.

No dia 25 de Setembro de 1961 realizaram-se eleições legislativas que deram a vitória ao partido Parmehutu, liderado por Grégoire Kayibanda, com maioria absoluta. Na mesma altura, houve um referendo em que participou 95% do eleitorado e em que 80% dos votantes decidiu pela abolição da monarquia. Na altura, a ONU aconselhou vivamente o Ruanda e o Urundi a declararem a independência, uma situação que nenhum dos países aceitou e com a qual as Nações Unidas tiveram que concordar, embora relutantemente. No entanto, mais tarde, a 1 de Julho de 1962, a Bélgica, com a supervisão da ONU, declarou a independência de ambos os países.

Em Dezembro de 1963, como resposta a uma invasão mal sucedida por parte de refugiados Tutsis do Burundi (nome por que passou a ser conhecido o território do Urundi, após a independência), os Hutu desencadearam uma terrível perseguição contra a população Tutsi ainda residente no Ruanda, com cerca de 12,000 Tutsis a perderem a vida. O massacre levou a um novo êxodo de elementos Tutsi para países vizinhos, como o Uganda, a Tanzânia, o Congo e o Burundi. No total, cerca de 150,000 de Tutsis fugiram entre 1959 e 1964⁸.

Em Janeiro de 1964, a união monetária e económica que tinha existido entre o Burundi e o Ruanda acabou. Embora as dificuldades económicas fossem severas, Grégoire Kayibanda foi reeleito por mais 4 anos pela terceira vez consecutiva em 1969, mas divisões e conflitos internos levaram a que o exército ruandês derrubasse o governo de Kayibanda em Julho de 1973, tendo o general Juvénal Habyarimana assumido a presidência. O seu regime, dominado por oficiais do Norte do país, tomaram uma posição mais moderada do que a administração anterior na questão da relação Hutu-Tutsi.

⁸ Worldmark Encyclopedia of the Nations, 12th ed., s.v. "Rwanda"

Em 1975, Habyarimana institucionalizou o regime militar, criando um sistema de partido único, assente no Movimento Republicano Nacional pela Democracia e Desenvolvimento (MRND) que tinha formado. Foi introduzido, nessa altura, um sistema de quotas étnicas que formalmente limitava a minoria Tutsi a ocupar apenas 14% dos lugares, fosse no trabalho fosse em escolas⁹.

O regime, assente num crescente autoritarismo e numa corrupção que não tardou a alastrar, gerou um grande e crescente descontentamento popular durante toda a década de 80. Devido à instabilidade social e política, o MRND concordou em autorizar “a abertura do regime”, possibilitando que novos partidos emergissem em 1990 e 1991. No entanto, a maior ameaça ao regime aconteceu em Outubro de 1990, quando mais de 1000 refugiados Tutsi invadiram o Ruanda a partir do Uganda. Este grupo, autodenominado Frente Patriótica do Ruanda (FPR), teve um sucesso considerável, uma vez que foram precisos mais de um milhar de militares franceses, belgas e do Zaire para ajudarem a defender o governo de Kigali.

As forças do governo retaliaram e provocaram novo massacre de Tutsis. Um cessar-fogo foi acordado no fim de Outubro, com o Uganda, o Burundi e o Zaire a concordarem no envio de forças de manutenção da paz para supervisionarem o cessar-fogo, mas os combates recomeçaram de novo em Janeiro de 1991. Outras tentativas de cessar-fogo foram negociadas entre o governo e os rebeldes Tutsi em Bruxelas, em Março de 1991 e em Arusha, Tanzânia, em Julho de 1992, mas o conflito continuou.

Em finais de 1990, o presidente Habyarimana anunciou que, no ano seguinte, seriam permitidos e legalizados os partidos políticos e que as referências à pertença étnica seriam abolidas dos cartões de identificação. Em Abril de 1992, Habyarimana nomeou um político da oposição, Dismos Nsenyire, como primeiro-ministro. O novo gabinete incluía 9 membros do MNRD e 10 membros de partidos políticos da oposição. Em Junho o governo tinha oficialmente reconhecido 15 partidos de oposição.

⁹ Worldmark Encyclopedia of the Nations, 12th ed., s.v. “Rwanda”

Ao mesmo tempo continuavam as negociações entre o governo e os líderes Tutsi para uma partilha do poder, embora a tradicional divisão Hutu-Tutsi parecesse estar, como efectivamente estava, muito longe duma reconciliação.

Um acordo para a divisão do poder foi assinado na Tanzânia em Janeiro de 1993, mas isto não evitou a continuação do conflito e dos combates que permaneciam no terreno. Outro acordo de paz foi assinado no dia 4 de Agosto de 1993 e ficou conhecido como o Acordo de Arusha.

O Acordo de Arusha, assinado pelo Governo ruandês e pela FPR, previa um governo de transição até às eleições legislativas. O período de transição foi limitado a 22 meses, altura em que já se deviam ter realizado eleições gerais. A composição do governo de transição deveria ser finalizada nos 37 dias após a assinatura do Acordo. O gabinete do governo de transição seria composto por 21 membros, 5 seriam do MRND, 5 da FPR, e os restantes 11 seriam divididos entre outros 4 partidos da oposição. As tropas da FPR também fariam parte do exército, onde estava acordado que 60% dos lugares seriam das Forças do Governo de Ruanda (RGF) e os restantes 40% da FPR.

O Conselho de Segurança da ONU autorizou no dia 5 de Outubro de 1993 a constituição de uma força de manutenção da paz para ajudar a assistir na implementação do acordo, a Missão de Assistência das Nações Unidas para Ruanda (UNAMIR¹⁰).

As tensões continuaram e o governo de transição, que o acordo previa, nunca foi estabelecido.

1.2. O que é que a comunidade Internacional sabia antes do Genocídio?

Esta questão é central quando se fala sobre a intervenção internacional ou, neste caso, a falta de intervenção internacional. A intervenção da comunidade internacional podia ter sido levada a cabo em

¹⁰ Sigla de sua denominação em inglês: United Nations Assistance Mission for Rwanda.

dois momentos-chave para que esta fosse uma intervenção eficaz. No primeiro, ainda antes do Genocídio acontecer – seria o momento ideal – e no segundo momento, logo após o começo do Genocídio. Mas, na verdade, em nenhum destes momentos existiu uma verdadeira intervenção internacional para proteger os Tutsi que viviam no Ruanda.

Para haver uma intervenção internacional ainda antes do Genocídio acontecer era preciso, por um lado, ter-se consciência de que o Genocídio estava prestes a acontecer e, por outro lado, que existissem sinais anunciadores do massacre que se aproximava. Este foi um dos aspectos mais debatidos depois do Genocídio de 1994. Em retrospectiva, a maioria dos especialistas e políticos concorda com o facto deste massacre poder ter sido evitado¹¹. Howard Aldelman, um perito do Ruanda, professor da Universidade York em Toronto, chegou ao ponto de dizer que “este foi o genocídio mais facilmente evitável”.

A Organização da Unidade Africana (OUA) divulgou em 2000 um relatório desenvolvido por um painel internacional de personalidades de relevo, em que o próprio título, *“Rwanda: the preventable Genocide”*, alude ao facto do Genocídio poder ter sido evitado. Este relatório, escrito de maneira clara e sintética, no capítulo 9, intitulado *“The eve of the Genocide: What the World knew”* dá-nos uma lista de 47 incidentes desde Outubro de 1990 a Outubro de 1993, que davam sinais ao mundo e à opinião pública mundial do que estava para vir. Esta lista de incidentes é variadíssima e abrange vários aspectos tal como o da propaganda anti-Tutsi que era publicada no jornal *Kangura* em Abril de 1991, ou o grande aumento de orçamento militar do governo em Janeiro de 1992, ou mesmo até os vários ataques Tutsi que continuavam a alastrar. Esta lista acaba por ser mínima relativamente às 30 páginas de incidentes, verificados apenas nos 5 meses anteriores a Abril de 1994, que já anunciavam a possibilidade do Genocídio, publicadas pelo *Human’s Right Watch* em *“Leave none to tell the story”*.

Os dois relatórios acima referidos foram escritos já depois de 1994, *“Leave none to tell the story”* em 1999 e *“Rwanda the preventable Genocide”* em 2000, portanto *a posteriori* dos massacres. No entanto,

¹¹ Lindsey Hilsum, Howard Aldelman, Roméo Dallaire

existiram, mesmo antes de Abril de 1994, vários actores internacionais que anunciaram que algo de grave estava prestes a acontecer no Ruanda.

O tenente-general da UNAMIR, Roméo Dallaire, a 11 de Janeiro de 1994, mandou um telegrama¹² ao Major-General Maurice Baril¹³ intitulado "Pedido de protecção para o Informante¹⁴". Este informante era um instrutor de alto nível da milícia Interahamwe¹⁵, que informou Dallaire das intenções dos dirigentes da milícia. O telegrama também continha várias informações importantes.

A primeira informação tinha a ver com a estratégia que estava a ser seguida e que tinha como objectivo a saída das tropas belgas do Ruanda. Isto seria conseguido através da morte de vários soldados belgas por parte da Interahamwe. Para tal, os soldados belgas seriam provocados e, se usassem a força, haveria confrontos de que se resultariam baixas mortais, o que garantiria o abandono do Ruanda por parte do contingente belga.

A segunda informação era que a Interahamwe tinha treinado 1700 homens em campos das Forças do Governo do Ruanda (RGF). O informador tinha recebido ordens para registar todos os Tutsis em Kigali e suspeitava que este registo tivesse a ver com o seu posterior extermínio. Ele terá revelado que os seus homens tinham meios para matar 1000 Tutsis em apenas 20 minutos.

Em terceiro lugar, o informador revelou saber a localização de um dos depósitos em que uma grande parte do armamento estava guardado (e que mais tarde teria que distribuir) com, pelo menos 135 armas (G3 e AK47). Ele estava preparado para indicar o local à UNAMIR se fosse dada protecção à sua família.

Dallaire, após ter partilhado a informação que tinha recebido através do informador, afirmou ao Secretariado que a UNAMIR tinha intenção de efectuar algum tipo de acção nas próximas 36 horas. Também recomendou que o informador deveria receber protecção e que fosse evacuado e pediu

¹² O telegrama na íntegra encontra-se nos anexos.

¹³ Conselheiro militar do secretário-geral das Nações Unidas.

¹⁴ Informante conhecido por Jean-Pierre.

¹⁵ A Interahamwe era a milícia mais importante composta por grupos de jovens do partido MRND. Foi uma das grandes responsáveis pelas mortes no Genocídio do Ruanda.

indicações ao Secretariado de como agir. Ainda assim, Dallaire disse que tinha algumas dúvidas em relação à veracidade das informações dadas pelo informador e não punha de parte que estas informações pudessem ser uma armadilha.

Estas informações são, no entanto, um elemento muito importante e fundamental quando hoje se discute acerca daquilo que a comunidade internacional sabia na altura sobre o que se passava no Ruanda. É verdade que não se tinha absoluta certeza da sua veracidade, mas quando o assunto é tão sério como a possibilidade de um Genocídio ou a morte de soldados que estão num determinado local para manterem a paz, os assuntos têm que ser analisados com uma grande seriedade. A verdade é que estas informações eram verdadeiras e quase tudo o que o informador disse veio-se a tornar realidade 3 meses depois.

O telegrama foi enviado a Baril mas foi partilhado com outros oficiais do Departamento de Operações de Manutenção da Paz (DOMP), incluindo o Subsecretário-Geral Kofi Annan, o assistente do Secretário-Geral Iqbal Riza e Hedi Annabi, chefe da secção Africana do DOMP. O gabinete do Secretário-Geral (EESG) recebia, nesta altura, todos os telegramas e este constava dos seus arquivos, mas Boutros Boutros-Ghali disse que só mais tarde lhe foi mostrada uma cópia do documento.

A primeira resposta da sede da ONU para a UNAMIR foi enviada umas horas mais tarde. O telegrama foi de Annan, com o consentimento de Riza, para Booh-Booh¹⁶. A resposta dizia que o telegrama de Dallaire era motivo para algum alarme, mas que, no entanto, existiam algumas inconsistências. Pedia a Booh-Booh a sua avaliação da situação e, também, as suas recomendações. Acabava por dizer para não haver qualquer tipo de acção, incluindo o pedido de protecção do informante, por parte da UNAMIR, até serem dadas instruções claras pela sede da ONU.

Booh-Booh respondeu a Annan ainda no mesmo dia a relatar uma reunião que Abdul Kabia – conselheiro político de Booh-Booh – tinha tido com o designado Primeiro-Ministro, Faustin Twagiramungu, em que

¹⁶ Organização da Unidade Africana, Rwanda: The Preventable Genocide (AU, 2000)

Twagiramungu tinha dito ter “total, repito total, confiança na veracidade e verdadeiras ambições do informante”. Booh-Booh disse que o informante tinha apenas entre 24 a 48 horas até ter que distribuir as armas, pedia orientações de como agir e voltava a pedir protecção para o informante. O parágrafo final dizia que Dallaire estava:

“prepared to pursue the operation in accordance with military doctrine with reconnaissance, rehearsal and implementation using overwhelming force. Should at any time during reconnaissance, planning or preparation, any sign of a possible contravening or possibility of an undue risky scenario present itself, the operation will be called off.”¹⁷

Mais tarde, ainda no dia 11 de Janeiro, Kofi Annan respondeu, mas desta vez a ambos, Booh-Booh e Dallaire. Annan deixou bem claro que não podia concordar com as intenções de Dallaire no último parágrafo do telegrama anterior, já que isto ia claramente além do mandato que foi entregue à UNAMIR na resolução 872 (1993).

Em vez disso, foram dadas indicações a Booh-Booh e Dallaire para que conseguissem uma reunião urgente com o Presidente Habyarimana. Nesta reunião informariam o Presidente de que tinham recebido informações acerca de actividades por parte da *Interahamwe* que representavam uma ameaça ao processo de paz. Habyarimana seria informado que estas actividades incluíam o treino de grupos subversivos, bem como o armazenamento e distribuição de armas e que constituíam uma violação clara do Acordo de Arusha e do Kigali Weapons Secure Area (KWSA).

No decurso da reunião, Booh-Booh e Dallaire teriam que assegurar-se que o Presidente não tinha qualquer conhecimento destas actividades e insistir para que ele investigasse o assunto e tomasse as medidas necessárias para que as actividades em causa fossem suspensas. Também teriam que avisar o Presidente de que ele teria que lhes dar conhecimento, nas 48 horas seguintes, das medidas que tinha tomado.

¹⁷ Traduzido pelo autor: “dispostos a levarem a cabo a operação de acordo com a doutrina militar, com exploração do terreno, treinos e implementação, usando uma força esmagadora. Caso apareçam sinais que possam contrariar a acção ou sinais de risco grave, a operação será cancelada.”

Antes desta reunião com o Presidente, os Embaixadores da Bélgica, da França e dos Estados Unidos, teriam de ser avisados para tomarem cuidados similares. O telegrama acabava com “a conclusão final (das diligências) é a necessidade de evitar entrar num curso de acção que possa levar ao uso da força e a repercussões imprevistas”.

No dia 13 de Janeiro, Booh-Booh respondeu, também através de um telegrama, em que relatava que ele e Dallaire tinham feito as diligências de que tinham sido incumbidos e que avisaram os Embaixadores da Bélgica, da França e dos Estados Unidos. Estes, por sua vez, terão mostrado estarem preocupados com a situação. De seguida, reuniram-se com o Presidente Habyarimana, informando-o acerca das actividades de que tinham sido avisados. O Presidente negou qualquer conhecimento acerca das actividades da *Interahamwe* e prometeu investigar o assunto. Disse também que transmitiria à UNAMIR as informações de que tivesse conhecimento. O Presidente sugeriu ainda que deveriam questionar também o seu partido (MRND) sobre este assunto.

Ainda no mesmo dia, Booh-Booh e Dallaire organizaram uma reunião com o Presidente e o Secretário Nacional da MRND, questionando-os acerca das alegadas actividades. Ambos negaram o envolvimento do MRND ou da sua milícia, a *Interahamwe*, nas actividades em questão. O comentário final de Booh-Booh no telegrama foi que ambos, quer o Presidente quer os oficiais do MRND, pareciam estupefactos com a especificidade da informação ao seu dispor. Acabou por concluir:

*"The President of the MRND seemed unnerved and is reported to have subsequently ordered an accelerated distribution of weapons. My assessment of the situation is that the initiative to confront the accused parties with the information was a good one and may force them to decide on alternative ways of jeopardizing the peace process, especially in the Kigali area."*¹⁸

¹⁸ Traduzido pelo autor: “O Presidente do MRND parecia desanimado e terá alegadamente ordenado uma imediata distribuição de armas. A minha avaliação da situação é que a decisão de confrontar as facções acusadas com a informação recolhida foi correcta e pode obrigá-las a escolherem formas diferentes destas para prejudicar o processo de paz, especialmente na região de Kigali.”

No dia 2 de Fevereiro, numa altura em que a segurança do país já se tinha deteriorado significativamente, Booh-Booh voltou a enviar um telegrama a Annan, onde dizia que o Presidente não tinha comunicado à UNAMIR o que descobrira em relação às informações com que tinha sido confrontado no dia 12 de Janeiro.

Esta troca de telegramas revela 4 pontos importantes. O primeiro é o facto do DOMP (Departamento de Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas) ter-se mostrado preocupado com as informações recolhidas, mas, no entanto, não se mostrar disponível para desenvolver um plano significativo para eliminar o risco que estas informações representavam.

O risco não era apenas o anunciado massacre de Tutsis, mas também o facto da *Interahamwe* não ter qualquer relutância na eliminação de forças da ONU (especialmente dos belgas). A DOMP não só falhou relativamente à necessidade de protecção dos Tutsis (e mesmo dos Hutu moderados), mas também na protecção às suas próprias tropas.

A DOMP avisou o Presidente Habyarimana que se ocorresse um cenário de violência em Kigali transmitiria ao Conselho de Segurança das Nações Unidas as informações a que tinha tido acesso. No entanto, dada a gravidade das informações a que a DOMP e a UNAMIR tinham tido acesso, o Conselho de Segurança deveria ter sido avisado o mais cedo possível, e não apenas quando a violência ocorresse. Também é importante salientar o facto do Secretário-Geral da ONU da altura, Boutros Boutros-Ghali, só ter tido conhecimento dos telegramas mais tarde, numa altura em que o conflito estava numa fase mais avançada¹⁹.

Em segundo lugar, é notório que o mandato da UNAMIR era demasiado restrito. A DOMP não autorizou que a UNAMIR atacasse o esconderijo de armas da *Interahamwe*, alegando que este tipo de incursão ia para além do seu mandato. Também foi negado à UNAMIR o pedido de protecção do informador e da sua família. Antes e durante o conflito, a UNAMIR sempre teve problemas em lidar com a esfera muito restrita do seu mandato. Estavam proibidos de disparar a não ser que primeiro fosse

¹⁹ Organização da Unidade Africana, Rwanda: The Preventable Genocide (AU, 2000)

aberto fogo contra a UNAMIR. Mesmo se algum contingente da UNAMIR presenciasse qualquer acto de violência contra os Tutsis, nada poderia ser feito, a não ser que houvesse qualquer acto dirigido contra a UNAMIR. Estas restrições no mandato faziam sentido no início, já que a sua presença no Ruanda era apenas para supervisionar a implementação do Acordo de Arusha, mas quando este deixou de ser relevante – uma vez que o Governo deixou de cumprir a sua parte - as restrições no mandato da UNAMIR deixaram de fazer sentido.

Dallaire foi uma das vozes que mais lutou contra as restrições ao mandato da UNAMIR, mas sempre sem sucesso.

Em terceiro lugar, é importante salientar que a UNAMIR, apesar de ter ficado à espera de respostas do Presidente Habyarimana e dos oficiais da MRND acerca das investigações em relação às informações sobre as quais tinham sido questionados, nunca exigiu verdadeiramente essas respostas. A UNAMIR não ficou a saber mais nada, para além do que sabia através do informador.

Também é verdade que devido ao referido anteriormente - as restrições ao mandato -, a UNAMIR não tinha o poder de exigir essas respostas. No entanto, uma vez que a DOMP não tinha comunicado ao Conselho de Segurança as informações que possuía, poderia ter aproveitado aquele momento (quando não receberam quaisquer respostas do Presidente e da MRND), para o fazerem e deixando esse facto bem claro a ambos. A ausência destas respostas à UNAMIR deveria ter deixado claro ao DOMP uma de duas coisas: ou Presidente e os oficiais do MRND não deram muita importância às informações reveladas ou - mais crucial ainda - o Presidente e os oficiais sabiam bastante bem o que se estava a passar.

Por último, ao contrário de Dallaire, Booh-Booh parecia estar mais interessado em manter a sua esfera de boas relações e comunicando à sede da DOMP apenas o que estes queriam ouvir, em vez de realmente querer fazer algum tipo de intervenção significativa. Isto é particularmente notório no telegrama que envia à sede e em que diz que o MRND acelerou a distribuição de armas depois da reunião com a UNAMIR, mas que o encontro (que tinha sido marcado por iniciativa do DOMP) foi a decisão

correcta, uma vez que essa reunião poderia forçar o MRND a decidir sobre formas alternativas de contrariar o processo de paz²⁰.

Estas afirmações mostram uma contradição notável por parte de Booh-Booh. É que se o MRND estivesse verdadeiramente a decidir sobre formas alternativas de acabar com o processo de paz (diferentes daquelas de que a UNAMIR tinha tido conhecimento e que implicavam um alto grau de violência), não aceleraria a distribuição das armas, uma vez que isso indicaria, pelo contrário, a aceleração dos seus planos e intenções iniciais – como acabou por acontecer.

1.3. O Papel da França

Talvez mais do que qualquer organização ou país, o governo francês é considerado como tendo grandes responsabilidades nos momentos que antecederam o Genocídio, tal como durante o Genocídio²¹. Ao contrário dos outros países, a França nunca assumiu culpas no papel que desempenhou no Genocídio²² no Ruanda.

O Governo francês era o aliado mais próximo do governo ruandês, nos planos militar, político e diplomático²³. As razões desta aliança podem ser melhor percebidas se recuarmos a 1990, quando a FPR invadiu o Ruanda a partir do Uganda. O Uganda faz parte dos países africanos anglo-saxónicos, ao contrário do Ruanda que faz parte da África francófona. A França via esta invasão como uma conspiração anglo-saxónica contra a Francofonia. Jacques Lanxade afirmou que Mitterrand²⁴ “considerou a agressão da FPR uma acção determinada contra a zona francófona”. Christopher Clapham, um académico, escreveu:

"In the eyes of the Mitterrand regime, Ugandan support assumed the dimensions of an anglophone conspiracy to take over part of francophone Africa, and the defence of Habyarimana... became part of the more general

²⁰ Michael N. Barnett também salienta este ponto em “*Eyewitness to a Genocide: The United Nations and Rwanda*”, pg.87

²¹ Organização da Unidade Africana, Rwanda: The Preventable Genocide (AU, 2000)

²² Organização da Unidade Africana, Rwanda: The Preventable Genocide (AU, 2000)

²³ Organização da Unidade Africana, Rwanda: The Preventable Genocide (AU, 2000)

²⁴ Presidente da França entre 1981 e 1995.

*defence of francophonie and the French role in Africa, to the extent that to an anglophone observer seems quite bizarre.*²⁵²⁶

Foi a partir desta invasão, protagonizada pela FPR, que a França começou a defender o governo de Habyarimana. O governo francês defendia o governo ruandês em fóruns internacionais, dizendo tratar-se de um governo inocente que estava a ser atacado por um exército estrangeiro. Nestes mesmos fóruns ignorava os, cada vez mais noticiados, relatos de abusos contra os direitos humanos perpetrados pelo governo ruandês.

O papel da França no Genocídio começa assim a ficar mais claro. A França tinha uma relação privilegiada com o governo ruandês, já que era o seu aliado ocidental mais próximo. Por isso, tendo este papel privilegiado, o governo francês era aquele que poderia ter tido uma acção mais eficaz, preventiva, evitando o uso da força.

No entanto, não usou esta posição privilegiada para pôr termo ao conflito. Pelo contrário, era o país que mais armas fornecia ao Ruanda e também era o país que menos acusações dirigia ao governo de Habyarimana relativamente aos atropelos aos direitos humanos, dizendo que a existência de massacres era apenas rumores ou que a FPR era responsável por estes massacres²⁷.

O relatório da OUA realça três conclusões importantes no relacionamento do governo francês com o governo ruandês. A primeira é o facto de, até o Genocídio começar, o governo francês ter sido o aliado mais próximo do governo ruandês que, já na altura, cometia graves violações aos direitos humanos. A segunda é que, de forma deliberada, a França não quis usar a sua influência para pôr fim a estas violações. A terceira conclusão do painel que elaborou o relatório da OUA é que não é aceitável a posição em

²⁵ Christopher Clapham, *Perils of Peacemaking* (London: Journal of Peace Research, 1998)

²⁶ Traduzido pelo autor: “Aos olhos do regime de Mitterand, o apoio do Uganda assumiu as dimensões de uma conspiração anglófona para ocupar uma parte da África francófona, e a defesa de Habyarimana.... juntou-se à defesa da francofonia e da manutenção do papel do francês em África, até a um ponto exagerado para os anglófonos”

²⁷ Organização da Unidade Africana, *Rwanda: The Preventable Genocide* (AU, 2000)

que o governo francês se colocou, relativamente ao Genocídio, não aceitando qualquer responsabilidade em tudo o que se passou²⁸.

1.4. O Papel dos EUA

Tal como a França, os EUA são também um dos membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU. O papel dos EUA no Ruanda é bem mais fácil de entender do que o da França. Os EUA, ao contrário da França, não tinham qualquer interesse no Ruanda. Também ao contrário da França, o governo norte-americano aceitou responsabilidades no Genocídio do Ruanda.

No entanto, estas responsabilidades não se devem à inacção, mas sim à falta de informação²⁹. Isto parece uma justificação um pouco fora da realidade, uma vez que os casos de violações aos direitos humanos eram muitos e bem documentados e a administração Clinton, como qualquer outro governo ocidental, sabia que o Ruanda estava num estado de calamidade pública. O problema dos EUA não era de ignorância em relação ao Ruanda, era o da falta de interesse³⁰.

Associado à falta de interesses no Ruanda, também havia o facto da intervenção dos EUA na Somália, em Outubro de 1993, ter sido um fracasso. Uma missão aparentemente fácil, mas em que as tropas norte-americanas foram obrigadas a abandonar o país devido às mortes causadas na batalha de Mogadixo. Os EUA temiam que o mesmo acontecesse no Ruanda.

1.5. O Genocídio de 1994

No dia 6 de Abril de 1994, um avião que transportava os Presidentes do Ruanda, Juvénal Habyarimana, e do Burundi, Cyprien Ntaryamira, sofreu um atentado quando efectuava a descida para o aeroporto de Kigali. Não

²⁸ Organização da Unidade Africana, Rwanda: The Preventable Genocide (AU, 2000)

²⁹ Organização da Unidade Africana, Rwanda: The Preventable Genocide (AU, 2000)

³⁰ Organização da Unidade Africana, Rwanda: The Preventable Genocide (AU, 2000)

houve sobreviventes. As vítimas incluíram os dois presidentes, a tripulação francesa e vários outros membros do gabinete pessoal de Habyarimana.

Este atentado viria a servir de catalisador para o Genocídio que se seguiu. No entanto, nunca houve provas concretas na atribuição das culpas. A teoria mais comum é que foi a FPR a cometer o atentado, já que esta organização parecia congregar em si os maiores inimigos de Habyarimana. Por outro lado, existe outra teoria segundo a qual terá sido um grupo de radicais Hutu que esteve por de trás do atentado para criar uma oportunidade de levar a cabo o Genocídio contra os Tutsis. Ou, como questiona o próprio relatório da OUA: *“Did the radicals create this opportunity, or did they exploit it once it happened?”*.

De acordo com as informações de Jean-Pierre a 11 de Fevereiro, o governo estaria a planear um Genocídio contra os Tutsis, e estaria praticamente tudo já a postos. Os radicais já tinham sido treinados, as armas distribuídas e os Tutsis a abater identificados. A única coisa que parecia faltar era “puxar o gatilho”. E foi precisamente isto que este atentado significou. Foi o pretexto. É importante, por isso, perceber que não foi o atentado que causou o Genocídio, mas contribuiu decisivamente para o seu começo.

Vinte minutos depois do atentado foram dadas ordens aos soldados ruandeses para bloquearem o aeroporto, inclusive às tropas da UNAMIR. Pouco depois disto, a Radio Télévision Libre des Mille Collines (RTLNC) deu a notícia do desastre aéreo e a morte do Presidente. Logo de seguida a casa de Agathe Uwilingiyimana foi também cercada pela guarda presidencial e todos os políticos do MRND foram evacuados para um campo militar. A primeira-ministra conseguiu entrar em contacto com Dallaire, dizendo-lhe que os ministros mais moderados se encontravam apavorados nas suas próprias casas e que, por outro lado, os ministros extremistas tinham desaparecido e não conseguia entrar em contacto com eles. No dia seguinte de manhã a *Interahamwe* começou a patrulhar as ruas de Kigali, enquanto os militares começavam a montar barricadas no centro da cidade.

Nesta altura dos acontecimentos Theoneste Bagosora³¹ defendia que, até existir algum tipo de estrutura política, houvesse um tipo de comando militar. No entanto, a UNAMIR lembrou que era a primeira-ministra quem detinha o poder legítimo nesta altura, mas Bagosora, os militares e o MRND puseram-se de acordo em não reconhecerem o poder da primeira-ministra.

Cerca de 12 horas depois do atentado ao avião do Presidente começaram os primeiros assassinatos. Estes eram direccionados contra os Hutu moderados e os Tutsis cujos nomes estavam incluídos nas "listas de morte" que circulavam em Kigali. A guarda presidencial assassinou dois candidatos à presidência da Assembleia de transição, o presidente do Tribunal Constitucional e o ministro da Informação. Estes dois últimos eram Hutu moderados e ambos apoiantes do acordo de Arusha. A sua morte dava aos radicais a oportunidade de criarem um governo sob o lema do *Hutu Power*.

No mesmo dia, os soldados fiéis ao Governo atacaram os secretários-gerais dos partidos políticos da oposição. Ou eram mortos ou eram forçados a fugir. A primeira-ministra depressa percebeu que a sua autoridade ia deixar de ser reconhecida e, por isso, pediu à UNAMIR que a acompanhasse à Radio Ruanda, onde pretendia falar aos ruandeses enquanto chefe do Governo.

Quando a UNAMIR chegou à sua casa os militares do contingente das Nações Unidas foram alvo de disparos e os seus veículos imobilizados. A guarda presidencial procurou a primeira-ministra e, quando foi localizada, mataram-na a ela e ao marido. Foi o culminar de uma política deliberada de assassinio de toda e qualquer pessoa que pudesse ou pretendesse criticar o novo regime ou o genocídio.

Com este objectivo em mente vários outros assassinatos ocorreram. Os alvos incluíam o designado Primeiro-Ministro Faustin Twagiramungu, outros políticos Hutu moderados, administradores (Tutsi e Hutu),

³¹ Coronel militar do Ruanda.

empresários Tutsis abastados, activistas dos direitos humanos e os restantes líderes de partidos da oposição³².

Os soldados da paz da UNAMIR que se tinham deslocado para acompanharem a primeira-ministra à Rádio Ruanda foram levados para um campo militar em Kigali. No total eram 15, dez belgas e cinco ganeses. Os ganeses foram dirigidos para um local seguro, enquanto os 10 soldados belgas foram brutalmente agredidos e executados por um grupo de soldados Hutu.

Este acto teve exactamente o efeito que os genocidas previam e queriam: a retirada das tropas belgas. De maneira paradoxal, as forças da UNAMIR viram os seus efectivos reduzidos enquanto o Genocídio se desenrolava.

Não se pode subestimar a importância da retirada dos soldados belgas já que estes eram os que compunham em maior número as tropas da UNAMIR, eram os que melhor estavam treinados e os que possuíam o melhor equipamento. As forças da UNAMIR ficaram reduzidas de 2548 para 270 elementos.

No dia 8 de Abril, Bagosora criou um governo provisório. 12 membros eram do MRND e 8 membros de partidos da oposição, embora todos eles simpatizassem com a ideia do *Hutu Power*. O Coronel Gatsinzi foi nomeado chefe militar, o Dr. Théodore Sindikubwabo tornou-se o Presidente e Jean Kambanda tornou-se o novo primeiro-ministro.

De acordo com o relatório da OUA, o verdadeiro Genocídio, aquele que passou exclusivamente pela eliminação em massa de todos os Tutsis, teve o seu início a 12 de Abril³³. Nessa altura o governo provisório centrou-se apenas no assassinio de Tutsis. O governo e os líderes políticos usavam a Rádio Ruanda e a RTLMC como meios de propaganda, em que declaravam os Tutsis como inimigos e apelavam ao seu extermínio.

A partir deste momento um número incrível de Tutsis foi morto. Estes assassinios em massa aconteciam em qualquer lado e qualquer Tutsi era

³² Organização da Unidade Africana, Rwanda: The Preventable Genocide (AU, 2000)

³³ Organização da Unidade Africana, Rwanda: The Preventable Genocide (AU, 2000)

um alvo a abater. Quer fosse criança, idoso, homem ou mulher, o desfecho era sempre o mesmo: a morte.

Durante três semanas, em Abril, as milícias dos partidos políticos, a Guarda Presidencial e a *Interahamwe* assassinaram muitos milhares de Tutsis todos os dias³⁴. Não foi só o facto do Genocídio ter acontecido que causou tanta polémica, foi também a forma brutal dos massacres. As armas usadas incluíam catanas, pequenos machados, facas, granadas e armas de fogo. Os genocidas matavam de forma bárbara, por exemplo, enterrando as vítimas vivas, amputando-lhes os membros, espancando-as até à morte ou mesmo afogando-as. Também existiram muitos casos em que foram cortados os tendões de Aquiles a algumas das vítimas de maneira a que ficassem imobilizadas para mais tarde serem mortas.

Os genocidas tiveram êxito ao conseguirem esconder o Genocídio do mundo exterior durante as 3 primeiras semanas³⁵. Os líderes do *Hutu Power* eram bons propagandistas e astutos manipuladores dos media e conseguiram fazer passar a ideia que estas atrocidades tinham sido causadas pelo ambiente de guerra civil. Os jornalistas estrangeiros ficavam confusos, sem dados fiáveis, uma vez que pouco percebiam da verdadeira situação no terreno e das forças em jogo.

Apesar de tudo, a barbaridade e a crueldade do Genocídio era algo de que o mundo ocidental veio a ter conhecimento ainda durante o mês de Abril, uma vez que a magnitude do massacre era demasiado grande para ser escondida. No dia 22, a Casa Branca divulgou um comunicado em que apelava ao governo provisório e às forças armadas para que parassem com os massacres. No dia 30, o Conselho de Segurança da ONU emitiu um aviso aos líderes políticos do Ruanda sobre as suas responsabilidades pessoais na destruição de um grupo étnico. Boutros Boutros-Ghali, no dia 4 de Maio, afirmou que um verdadeiro Genocídio estava a acontecer no Ruanda³⁶.

³⁴ Nações Unidas, Report of the Independent Inquiry into the actions of the United Nations during the 1994 Genocide in Rwanda (Security Council, 1999)

³⁵ Nações Unidas, Report of the Independent Inquiry into the actions of the United Nations during the 1994 Genocide in Rwanda (Security Council, 1999)

³⁶ Alison Des Forges, *Leave None to Tell the Story* (New York: Human Rights Watch, 1999)

Estes três comunicados mostram que, por esta altura, a comunidade internacional tinha um perfeito conhecimento das atrocidades que se desenrolavam no Ruanda, até mesmo ao ponto de o referir como Genocídio ou destruição de um grupo étnico. No entanto, em termos de intervenção, a comunidade internacional nada produzia e nada de significativo conseguia influenciar.

Quem conseguiu pôr fim ao Genocídio foi a FPR. No fim de Maio os rebeldes Tutsi conseguiram ganhar o controlo do aeroporto e a meio de Junho o governo provisório fugiu para países vizinhos. No dia 4 de Julho, a FPR entrou em Kigali e no dia 18 declarou o fim da guerra, o que significou também o fim do Genocídio.

No final do Genocídio, em termos de balanço, estimou-se que 500 000 Tutsis perderam a vida em cerca de 100 dias³⁷. Se quisermos ter uma ideia destes números, 500 000 Tutsis mortos significa a morte de 75% dos Tutsis que residiam no Ruanda³⁸. Os restantes ou fugiram para países vizinhos ou conseguiram-se esconder.

1.6. Genocídio: análise dos erros da comunidade internacional

É indiscutível que existiram uma série de erros por parte da comunidade internacional antes, mas especialmente no decorrer do Genocídio. Todos os actores internacionais tiveram a sua quota-parte de culpa mas especialmente a ONU.

A UNAMIR, em si, não pode ser demasiado culpada, já que as suas forças eram limitadas e o seu mandato demasiado restrito. No entanto, o Conselho de Segurança, que aprovou a moção de que resultou a criação da UNAMIR, deveria ser responsabilizado pela sua ligeireza na definição do mandato desta força de manutenção da paz. O mandato da UNAMIR estabelecia claramente que as suas forças apenas podiam abrir fogo se fossem atacadas primeiro. Isto até podia fazer sentido na altura em que a

³⁷ Nações Unidas, Report of the Independent Inquiry into the actions of the United Nations during the 1994 Genocide in Rwanda (Security Council, 1999)

³⁸ Alison Des Forges, Leave None to Tell the Story (New York: Human Rights Watch, 1999)

UNAMIR foi criada, já que o seu objectivo era apenas supervisionar o Acordo de Paz de Arusha. No entanto, quando o Acordo de Paz deixou de ser relevante, após o começo do Genocídio, o que antes fazia sentido já tinha deixado de o fazer. Foi apenas a 17 de Maio³⁹, cerca de um mês e meio depois do começo do conflito, que o Conselho de Segurança aprovou a UNAMIR II⁴⁰.

Esta demora de mês e meio até pode não parecer demasiado grande na maior parte dos conflitos com que a ONU lida, mas neste caso foi muito prolongada, já que milhares de Tutsis estavam a ser assassinados todos os dias e as Nações Unidas tinham a obrigação de ter agido mais rapidamente.

Como se a demora não bastasse, ainda levou mais dois meses até os primeiros soldados, previstos na resolução da UNAMIR II, chegarem ao Ruanda. Nesta altura, o Genocídio já tinha acabado, na sequência da entrada da FPR em Kigali.

A retirada do contingente da UNAMIR também foi alvo de polémica. Antes da retirada, a UNAMIR contava com cerca de 2500 militares, um número reduzido que significava apenas metade das tropas que Dallaire sempre afirmou como necessárias para acabar com o Genocídio⁴¹. Depois da retirada das forças belgas restaram cerca de 300 militares, um número incrivelmente reduzido para a dimensão da tarefa que lhes foi destinada.

Também a DOMP tem uma responsabilidade muito clara no Genocídio. Os telegramas enviados por Dallaire deveriam ter sido levados mais a sério e não com a ligeireza com que foram tratados. As informações reveladas por Dallaire eram de tal maneira significativas que o Conselho de Segurança deveria ter sido avisado, especialmente quando foi confirmado que o informador era fidedigno.

Nas horas que se seguiram à queda do avião que transportava o Presidente foi notória a mobilização de diversos países – a França, a

³⁹ Nações Unidas, Report of the Independent Inquiry into the actions of the United Nations during the 1994 Genocide in Rwanda (Security Council, 1999)

⁴⁰ Nações Unidas, Report of the Independent Inquiry into the actions of the United Nations during the 1994 Genocide in Rwanda (Security Council, 1999)

⁴¹ Organização da Unidade Africana, Rwanda: The Preventable Genocide (AU, 2000)

Bélgica, os EUA e a Itália - para retirarem os seus cidadãos do Ruanda⁴². Isto aponta para dois factos. O primeiro é que se sabia bem as consequências que o atentado teria no país e a situação volátil em que o Ruanda se encontrava. Como já foi referido anteriormente, o governo americano viria mais tarde a dizer que o motivo para a ausência de uma intervenção efectiva no Ruanda foi a falta de informação. No entanto, se logo após a morte do Presidente uma das prioridades do governo dos EUA foi a evacuação dos seus cidadãos, isso quer dizer que possuíam mais informações acerca da situação no país do que aquelas que mais tarde viriam a dizer que tinham.

O segundo facto é que esta mobilização na evacuação mostrou que os países, quando de facto lhes interessa, conseguem rapidamente enviar um grupo de militares para retirarem os seus cidadãos de países em guerra. No entanto, para intervir no conflito e fazer parar o Genocídio já não houve este tipo de mobilização e tudo se passou numa forma muito mais lenta e menos expedita.

Ainda no que diz respeito à evacuação de estrangeiros no Ruanda é importante salientar as ordens que foram dadas à UNAMIR na retirada de cidadãos franceses no dia 8 e 9 de Abril. Foram dadas ordens à UNAMIR para ajudar à evacuação de franceses, apesar da França já ter enviado 500 militares para efectuarem esta operação.

A UNAMIR, que já contava com um número baixo de soldados, em vez de ajudar aqueles que mais precisavam – quem estava a ser alvo de massacres – teve que ir em auxílio das tropas francesas na evacuação⁴³. Mas as ordens dadas à UNAMIR não se ficaram por aqui. A passagem que se segue é de um telegrama enviado a Dallaire, a 9 de Abril, por Kofi Annan e Iqbal Riza:

"You should make every effort not to compromise your impartiality or to act beyond your mandate, but may exercise your discretion to do should this be essential for the evacuation of foreign nationals. This should not,

⁴² Nações Unidas, Report of the Independent Inquiry into the actions of the United Nations during the 1994 Genocide in Rwanda (Security Council, 1999)

⁴³ Organização da Unidade Africana, Rwanda: The Preventable Genocide (AU, 2000)

*repeat not, extend to participating in possible combat except in self-defence.*⁴⁴⁴⁵

Este telegrama mostra de facto a duplicidade da ONU. A DOMP, em situações que envolviam os ruandeses, nunca autorizou a UNAMIR a agir para além do que estabelecia o mandato do Conselho de Segurança. No entanto, agora que estavam em causa cidadãos estrangeiros, a DOMP dá autorização para a UNAMIR agir além do mandato, se necessário.

Finalmente, o erro mais lamentável da comunidade internacional foi o desinteresse total pelo que estava a acontecer ao Ruanda e aos ruandeses. O Genocídio teria sido facilmente controlado se a motivação da comunidade internacional fosse maior. Já foi dito inúmeras vezes que não eram precisas muitas tropas, apenas que fossem bem treinadas e bem equipadas para por termo aos massacres e ao Genocídio.

⁴⁴ Organização da Unidade Africana, Rwanda: The Preventable Genocide (AU, 2000)

⁴⁵ Traduzido pelo autor: “Deve fazer todos os esforços possíveis para não comprometer a imparcialidade ou ultrapassar os limites do seu mandato, mas pode usar a sua discricção caso seja essencial para a evacuação de cidadãos estrangeiros. Isto não pode ser entendido como a possibilidade de combater, excepto em situações de auto-defesa”

Capítulo II – Darfur

2.1. Perspectiva histórica, política e social

Tal como no caso do Ruanda, no Darfur é necessário fazer-se uma retrospectiva histórica, política e social da região, dando o devido destaque aos acontecimentos que influenciaram a actual crise humanitária, para se conseguir analisar em detalhe tudo o que ali aconteceu em termos humanitários.

Em termos geográficos, o Darfur está localizado na região ocidental da República do Sudão, tem uma superfície de quase 500 000 km² e estima-se que a sua população seja de cerca de 6 milhões de pessoas. O Darfur faz fronteira com a Líbia, o Chade e a República da África Central. Desde 1994 que o Darfur está dividido em três estados, o Darfur do Norte, o Darfur do Sul e o Darfur do Oeste. Estes estados são governados pelo *Wali* (governador), escolhido pelo governo central em Cartum e com apoio da administração local. Em Darfur existem alguns centros urbanos de maior dimensão, como por exemplo Nyala, El Geneina e El Fashir, mas no entanto a maior parte da população em qualquer destes estados vive em aldeias normalmente compostas por cerca de uma centena de famílias. A economia no Darfur é, em grande parte, baseada na mera subsistência, havendo um sector, ainda que limitado, de agricultura industrial e de criação de gado⁴⁶.

A região do Darfur é composta por vários grupos tribais que podem ser classificados de maneiras diferentes e, ainda que as diferenças entre estes grupos não sejam muitas vezes claras, as alianças individuais continuam a ter muita força e são determinadas pelas filiações tribais. Todas as tribos no Darfur têm em comum o facto de serem muçulmanas e, embora algumas tenham a sua própria língua, o árabe é normalmente falado por todos.

A questão da terra e a sua respectiva pertença é algo central no que mais tarde viria a ser o conflito do Darfur. A divisão tradicional das terras em *pátrias* (terras-mãe) – as chamadas *dar* – que são essencialmente áreas

⁴⁶ CIA, The World Factbook (New York: Skyhorse, 2009)

em que tribos individuais possuem um título histórico, são cruciais na percepção identitária da população local. Esta atribuição tradicional de terras a tribos individuais teve a sua origem no início do século XX quando o último sultão de Darfur decretou esta divisão e ela foi aceite por todas as tribos. Apesar de existir esta divisão de terra, o casamento entre membros de tribos diferentes e as suas similitudes socioeconómicas construíram um grupo de tribos muito emaranhado, em que é difícil distinguir uns dos outros⁴⁷.

Algumas tribos, essencialmente as nómadas, não tinham a posse de nenhuma terra em particular e por isso transitavam pelas terras pertencentes às outras tribos não nómadas.

Historicamente a terra pertencia colectivamente aos membros de cada tribo e o seu uso era determinado pela liderança tribal. No entanto, durante os anos 70 do século XX, as leis de posse da terra foram alteradas e a pertença individual começou a ser possível. Apesar da terra pertencer ao Estado, aqueles que tivessem uma determinada porção de terra na sua mão, pelo menos pelo período de um ano, podiam legalmente reclamá-la como sua.

Em anos recentes, as transformações ecológicas e demográficas tiveram um grande impacto nas relações tribais. O Darfur faz parte, morfologicamente, do deserto Sahara e, embora tenha algumas regiões de terra fértil para agricultura, a maior parte é uma região árida. A seca e a desertificação nos anos 70 e 80 tiveram um impacto na intensificação da luta por recursos. Em particular agravou-se o conflito entre os agricultores e os pastores. Estes, à procura de pasto e água para o gado, invadiam frequentemente as terras dos agricultores, e isto tinha como resultado conflitos e violência entre os dois grupos. Os corredores de passagem para o movimento de gado, acordados entre as diferentes tribos, deixaram de ser, regra geral, respeitados. A falta de terra fértil, ao tornar-se menos

⁴⁷ Nações Unidas, Report of the International Commission of Inquiry on Darfur to the United Nations Secretary-General (Geneva: UN, 2005)

abundante, provocou uma menor tolerância das populações locais relativamente aos visitantes sazonais⁴⁸.

Os confrontos no final dos anos 80 foram essencialmente entre as tribos sedentárias e as tribos nómadas e, em particular, entre os *Fur* e algumas tribos nómadas árabes. O conflito foi mediado pelo Governo e líderes de tribos locais em 1990, mas as tensões não se dissiparam e a violência entre as tribos continuou. Isto também contribuiu para a insatisfação de alguns darfurianos face ao Governo de El Bashir, que aparentemente não foi capaz de resolver a situação dramática por que o Darfur passava.

2.2. O começo do conflito actual

Como acabámos de ver, as causas do actual conflito no Darfur são complexas devidas às tensões causadas pela desertificação e pelas alterações climáticas, às profundas sequelas relacionadas com as identidades individuais e tribais e com a posse da terra, à contestação ao governo central e, finalmente, ao aparecimento de grupos rebeldes armados.

Os dois grupos rebeldes principais, denominados por Exército/Movimento de Libertação do Sudão (SLM/A) e o Movimento pela Justiça e Igualdade (JEM), organizaram-se em 2001 e 2002 em oposição ao Governo de Cartum, que era visto como o culpado principal pelos problemas em Darfur. Apesar de serem dois grupos diferentes, os dois grupos rebeldes afirmam razões semelhantes para a rebelião – incluindo a marginalização socioeconómica e política do Darfur e da sua população⁴⁹. Quer um quer outro movimento consideram que as razões pelas quais se sublevaram têm a ver com todos os darfurianos e não com este ou aquele ponto de vista tribal.

⁴⁸ Nações Unidas, Report of the International Commission of Inquiry on Darfur to the United Nations Secretary-General (Geneva: UN, 2005)

⁴⁹ Nações Unidas, Report of the International Commission of Inquiry on Darfur to the United Nations Secretary-General (Geneva: UN, 2005)

É geralmente aceite que ambos os movimentos rebeldes iniciaram as suas primeiras actividades militares no fim de 2002 e no princípio de 2003 através de ataques a postos de polícia locais, durante os quais pilharam propriedade e apoderaram-se de armas pertencentes às forças governamentais⁵⁰. Em Março e Abril de 2003 os rebeldes atacaram instalações do governo em Kutum, Tine e El Fashir, incluindo a secção militar do aeroporto de El Fashir, destruindo vários aviões militares e matando muitos soldados governamentais. O governo foi surpreendido nesta altura com a intensidade dos ataques, já que estava mal preparado para este tipo de acções. A pilhagem de armas por parte dos rebeldes tornou-os mais fortes.

Com os ataques dos rebeldes a postos da polícia, a resposta do governo foi deslocar as forças policiais dos meios rurais para os centros urbanos, a fim de os proteger. Isto significou que o governo deixou de ter um poder efectivo sobre os meios rurais, meios estes em que os rebeldes tinham as suas bases. O governo tinha ainda um problema acrescido, já que uma grande parte das forças armadas eram compostas por naturais do Darfur, e estes não estavam inclinados a combater contra `as suas próprias pessoas⁵¹.

O governo viu-se então numa situação perigosa já que os seus efectivos e as suas instalações estavam a ser militarmente atacados por dois movimentos rebeldes e, ao mesmo tempo, tinha um grande défice na capacidade militar instalada no Darfur, sobretudo devido aos motivos anteriormente assinalados – o abandono dos meios rurais e o facto de muitos soldados serem naturais da região. A solução encontrada pelo governo foi pedir apoio às tribos locais para lutarem contra os rebeldes⁵². Desta forma, o governo fez com que as tensões entre as diferentes tribos ainda aumentassem mais.

⁵⁰ Nações Unidas, Report of the International Commission of Inquiry on Darfur to the United Nations Secretary-General (Geneva: UN, 2005)

⁵¹ Nações Unidas, Report of the International Commission of Inquiry on Darfur to the United Nations Secretary-General (Geneva: UN, 2005)

⁵² Nações Unidas, Report of the International Commission of Inquiry on Darfur to the United Nations Secretary-General (Geneva: UN, 2005)

Estes novos “colaboradores” do governo seriam mais tarde chamados pela população de *Janjaweed*, um termo darfuriano que significa ‘um bandido armado num cavalo ou camelo’.

Em Agosto de 2003, o Presidente Deby do Chade organizou uma reunião entre alguns membros do governo do Sudão e dos grupos rebeldes. O JEM recusou a participação já que considerava que a mediação do Chade não seria parcial. No entanto, a reunião realizou-se e terminou com a assinatura de um acordo a 3 de Setembro de 2003 que acabaria com as hostilidades durante 45 dias. Este foi o primeiro de vários acordos. Em Abril e em Maio de 2004, o governo, o SLM/A e o JEM assinaram acordos semelhantes. Reuniões subsequentes tiveram lugar em Adis Abeba e em Abuja, com a mediação da União Africana. Em Novembro de 2004, em Abuja, novamente o governo, o SLM/A e o JEM, assinaram dois protocolos, um para melhorar a situação humanitária e outro para melhorar a situação da segurança no Darfur. Apesar destas negociações, nunca foi possível aos diversos actores resolverem as suas diferenças e chegarem a acordo para acabar com o conflito.

Além das negociações, a UA tem tido um papel importante, através da Missão da União Africana no Sudão (MUAS), ao tentar encontrar soluções para o conflito e monitorizando o cessar-fogo através da Comissão de cessar-fogo no Darfur. Apesar da presença da UA e a assinatura dos diversos protocolos, o conflito e as violações ao cessar-fogo entre os rebeldes e o governo e as suas milícias (*janjaweed*) continuaram.

Mesmo considerando o combate entre os rebeldes de um lado, e o governo e as *janjaweed* de outro, o elemento mais significativo deste conflito foram os ataques à população civil, o que levou à destruição de aldeias inteiras e obrigou à fuga de sectores importantes da população civil.

2.3. Divisões Étnicas e Afins

Em geral a acusação de genocídio prende-se com pressupostos que têm a ver com divisões nacionais, étnicas, raciais ou religiosas. Neste caso, não existem divisões nacionais, já que todos os envolvidos no conflito são

sudaneses. Divisões religiosas também não, uma vez que a maior parte da população, tanto no Darfur como no Sudão, é de religião muçulmana. As divisões raciais também pouco têm a ver com o conflito. Praticamente toda a população do Sudão é negra, em consequência dos casamentos entre Árabes e Africanos que se mantêm há diversas várias gerações.

As causas para o conflito podem radicar-se, no entanto, na geografia. O Sudão posiciona-se geograficamente no local onde Árabes e Africanos se misturam. Apesar de já estarem geneticamente misturados⁵³, ainda existem os rótulos da etnia a que pertencem. Na capital Cartum, onde está o governo, os seus habitantes consideram-se Árabes, enquanto o Darfur é uma zona tradicionalmente de etnia africana. No entanto, devido às vantagens de se denominarem como Árabes, algumas tribos no Darfur adoptaram essa designação⁵⁴. As tribos que adoptaram o rótulo de Árabes foram essencialmente as tribos nómadas (criadores de gado) e que mais tarde seriam aquelas a que o governo recorreria na luta contra os rebeldes – os chamados *janjaweed*. As tribos sedentárias continuariam com o rótulo de tribos africanas, e seria nestas tribos que os grupos rebeldes SLM/A e o JEM iriam recrutar os seus elementos.

Aqui começa-se já a compreender que estas divisões entre grupos têm mais a ver com questões de designação (e de poder), do que por quaisquer questões genéticas ou religiosas.

O conflito, que já existia entre as tribos sedentárias e as tribos nómadas, apenas foi ampliado por estas divisões 'étnicas' e foi utilizado pelo governo como uma forma de combater os rebeldes.

2.4. A natureza do conflito em Darfur

De acordo com vários dados e relatórios, a violência extrema que conduziu à morte de dezenas de milhar de pessoas, começou em 2003. Estima-se que o número de mortes relacionadas com a violência destes

⁵³ Emily Wax. "5 Truths About Darfur". Washington Post. <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2006/04/21/AR2006042101752.html>

⁵⁴ Emily Wax. "5 Truths About Darfur". Washington Post. <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2006/04/21/AR2006042101752.html>

anos se situe entre 63 mil e 140 mil, embora algumas estimativas vão até aos 400 mil. A estimativa mais baixa pertence ao relatório de 2005 do Departamento de Estado dos EUA, enquanto a mais alta pertence à Coligação de Justiça Internacional (CJI) num relatório também de 2005, baseado em pesquisa de académicos⁵⁵. Apesar destas estatísticas mostrarem um número elevado de mortes, existem indícios de que a acção do governo e do *janjaweed* tinha também outros objectivos.

No Darfur, o deslocamento forçado, a destruição de aldeias, o assassinato de homens, e as violações em massa foram os principais modos pelos quais se afirmou a violência. A destruição de aldeias foi um dos métodos usados com maior frequência e a principal fonte de mortalidade no Darfur, já que os sobreviventes dos ataques a estas aldeias ficaram totalmente sem acesso a alimentos, água limpa, abrigo e cuidados médicos. De acordo com a CJI, 35% das mortes foram directas, ou seja, provocadas pela intenção de matar, enquanto as restantes foram devidas aos outros modos de violência acima mencionados e à falta de recursos. A CJI estima ainda que o número de deslocados é 17 vezes superior ao número de mortos. Com estes dados, podemos verificar que a destruição de aldeias, com todas as sequelas que lhes está associada, foram a principal causa das mortes no Darfur.

2.5. Conflito em Darfur – Genocídio?

O termo Genocídio é definido por vários autores/instituições/organizações de forma diferente. Para podermos perceber se o conflito no Darfur pode ser considerado um acto de genocídio em primeiro lugar é preciso encontrarmos uma definição adequada.

O termo foi usado pela primeira vez em 1944 por Raphael Lemkin, um advogado polaco de descendência judaica. Raphael Lemkin ficou conhecido, acima de tudo, pelo seu trabalho contra actos de genocídio. Devido ao seu empenho, em 1948 foi adoptada pela Assembleia Geral da ONU, a Convenção para a Prevenção e a Sanção do Crime de Genocídio.

⁵⁵ Scott Straus, *Rwanda and Darfur: A Comparative Analysis* (Madison: University of Wisconsin Press, 2006)

Nesta Convenção foi criada a definição de Genocídio pela ONU e será esta a definição pela qual me basearei. A definição é a seguinte:

"Na presente Convenção, entende-se por genocídio os actos abaixo indicados, cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, tais como:

- a) assassinato de membros do grupo;*
- b) atentado grave à integridade física e mental de membros do grupo;*
- c) submissão deliberada do grupo a condições de existência que acarretarão a sua destruição física, total ou parcial;*
- d) medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo;*
- e) transferência forçada das crianças do grupo para outro".*

Usando esta definição podemos observar que de facto alguns dos actos de a) a e) foram praticados no conflito no Darfur e que as vítimas fariam parte de "um grupo nacional, étnico, racial ou religioso", como já referido anteriormente. No entanto, existe ainda um grande debate acerca da interpretação sobre se os actos do governo do Sudão e das suas milícias foram "cometidos com a intenção de destruir".

Esta questão é controversa porque, ao contrário do que se passou no Ruanda, as vítimas dos ataques, em grande parte, não eram mortas, mas acima de tudo deslocadas das suas aldeias. Depois de serem deslocadas e as suas aldeias destruídas, era, de facto, muito elevado o número de mortes, mas não devido a circunstâncias derivadas directamente do combate. Alguns darfurianos foram mortos em combate directo, mas geralmente eram homens adultos, o que leva a crer que isto seria uma estratégia para que as tribos alvo dos ataques ficassem mais frágeis e com menos capacidade de resistência.

Perante a pergunta, se de facto na sua opinião existiu genocídio no Darfur, Stephan Sinclair-Loutit responde:

*"Ethnic cleansing certainly, genocide not sure. (I) Believe the intention was more to chase people away rather than kill them. But plenty were killed too. You would need to look at dictionary definition and numbers killed."*⁵⁶

Nesta resposta encontramos um termo talvez mais adequado ao conflito do Darfur. Limpeza Étnica ou Genocídio?

Novamente usarei a definição da ONU no caso de limpeza étnica. A ONU define limpeza étnica como:

"tornar uma área etnicamente homogénea pelo uso da força ou intimidação para remover pessoas de uma determinada área de outro grupo étnico ou religioso"

Se, de facto, o objectivo principal do governo era afugentar as tribos africanas do Darfur através da intimidação (destruição de aldeias por exemplo), então a definição mais adequada seria a limpeza étnica. Isto porque entende-se por genocídio o extermínio total de uma etnia ou grupo étnico e por limpeza étnica o seu extermínio num local específico, mesmo que isso implique apenas o seu deslocamento para outra área.

Estes conceitos são importantes, mas não ao ponto de serem cruciais no que diz respeito a uma intervenção internacional. A ONU tentou chegar a uma conclusão, durante vários meses de 2004, sobre se o conflito do Darfur representava, ou não, um caso de genocídio. O seu veredicto final foi o de que não era genocídio⁵⁷. No entanto, antes de chegar a este veredicto, a ONU não iniciou qualquer tipo de missão de controlo da paz. O que poderia ter feito. E apesar da ONU ter chegado à conclusão de que o conflito não teve como objectivo uma intenção de genocídio, não deixava de ser menos necessária uma intervenção internacional.

A ONU preocupou-se demasiado com a questão do genocídio – se houve essa intenção ou não -, e ao fazê-lo atrasou as missões de paz que

⁵⁶ Traduzido pelo autor: "Limpeza étnica com certeza, genocídio, não tenho a certeza. Eu acho que a intenção era mais de afugentar/escorraçar as pessoas e não matá-las. Mas muitas foram mortas. Teria de ver a definição no dicionário e o número de mortos."

⁵⁷ Nações Unidas, Report of the International Commission of Inquiry on Darfur to the United Nations Secretary-General (Geneva: UN, 2005)

poderiam ter evitado muitas mortes e muito sofrimento. Também é de realçar o facto de que, se realmente tivesse existido genocídio no Darfur e, suponha-se, com a mesma intensidade que teve no Ruanda, durante os meses em que a ONU investigava se era genocídio ou não, já o genocídio teria tido tempo para ocorrer. Se isso tivesse acontecido, a ONU seria mais uma vez responsabilizada e acusada por não ter aprendido com o sucedido no Ruanda.

Na minha opinião, a ONU, nestes casos em que leva algum tempo a determinar se existem indícios de genocídio, deveria tomar acções preventivas para evitar situações em que depois se prove que houve genocídio. Estas acções preventivas não se realizaram nem no caso do Ruanda, nem no do Darfur.

A União Africana, pelo contrário, tomou uma posição muito mais cedo e, antes de sequer investigar se era genocídio ou não, lançou uma missão de paz em que o número de soldados foi aumentado devido à dimensão do conflito.

2.6. Intervenção Internacional

Em 2004, em pleno auge do conflito, foi criada a Missão da União Africana no Sudão (MUAS). Esta missão de manutenção da paz, em que se previa originalmente a participação de 150 militares ruandeses, foi depressa alterada para sustentar mais 150 militares nigerianos, visto que depressa se verificou que as 150 tropas originais não seriam suficientes. Em 2005, a União Africana aumentou a força de MUAS várias vezes totalizando 7000 militares em Maio de 2005⁵⁸.

Entretanto, em Março de 2005, foi criada a Missão das Nações Unidas no Sudão (MNUS). Esta missão tinha como objectivo o apoio à implementação do Acordo de Paz e trabalharia conjuntamente com a MUAS. A MNUS tinha uma projecção de 10 000 militares em 6 zonas diferentes. Esta missão terminou oficialmente em Julho de 2011.

⁵⁸ Nações Unidas, Report of the International Commission of Inquiry on Darfur to the United Nations Secretary-General (Geneva: UN, 2005)

Em Julho de 2007, uma missão de paz da União Africana e das Nações Unidas - Missão das Nações Unidas e da União Africana no Darfur (UNAMID) – foi aprovada pelo conselho de segurança da ONU. Esta missão tinha como função trazer estabilidade à região do Darfur destruída pela guerra, enquanto as negociações de paz e um acordo final continuavam. A MUAS foi integrada com a UNAMID, e em Outubro de 2007 os primeiros dos 26 000 previstos (19 555 militares) no mandato da UNAMID foram implantados em Darfur⁵⁹.

Como anteriormente referido, a ONU demorou bastante tempo a criar uma missão de paz, o que poderia ter tido efeitos desastrosos. Situa-se o começo do conflito em Darfur no princípio de 2003, e apenas em 2005 é que a ONU enviou a sua primeira missão de paz. No entanto, é importante salientar, que esta missão em termos de números de militares foi maior que a missão no Ruanda por exemplo.

Por seu lado, a União Africana, enviou uma missão de paz bastante mais cedo. É verdade que esta missão de paz não foi tão numerosa como a MNUS, mas notou-se que a capacidade de resposta da UA foi mais rápida que a da ONU.

⁵⁹ Nações Unidas, Report of the International Commission of Inquiry on Darfur to the United Nations Secretary-General (Geneva: UN, 2005)

Capítulo III – Comparação: Ruanda vs Darfur

Neste capítulo dedicar-me-ei à comparação entre os conflitos do Ruanda e do Darfur, e nomeadamente às intervenções internacionais que motivaram. No entanto, antes de comparar as intervenções internacionais, farei uma comparação aos contextos dos conflitos e aos conflitos em si. Penso que estas comparações, embora não estejam directamente relacionadas com o que pretendo investigar neste estudo, são importantes para perceber o porquê das intervenções internacionais serem diferentes ou não.

3.1. As Etnias

As Etnias são uma das questões centrais quando se fala de genocídio ou limpeza étnica. No entanto, as etnias não são tão fáceis de distinguir como o preto e o branco. Muitas das vezes a razão pela qual é possível distinguir as diferentes etnias é porque o homem ou alguns poderes querem que assim seja, não porque haja qualquer sinal distintivo.

Em ambos os conflitos estudados, em termos gerais, este é o caso. Sem dúvida, que no caso do Ruanda existem duas etnias há vários séculos, que se estavam a misturar e a tornar uma única quando a Bélgica, nas primeiras décadas do século XX, usando a rivalidade entre as duas etnias, que já vinha de séculos anteriores, deram o controlo efectivo do Ruanda à dinastia Tutsi. A partir daí a rivalidade e o ódio entre as duas etnias jamais cessou de existir. Por esta razão é que é tão comum ouvir-se dizer que a divisão entre a etnia Tutsi e Hutu é uma divisão artificial. Antes da colonização belga as duas etnias viviam relativamente em paz, embora realmente existisse o conceito de duas etnias diferentes, mas que se misturavam entre si.

No caso do Darfur, mais uma vez, se quiséssemos falar do conflito entre etnias ele poderia ser resumido, mais ou menos, como um conflito entre Árabes e Africanos. Mas só de maneira resumida e simplificada. Se

entrarmos em detalhe observamos que, na realidade, os dois grupos já estão tão interligados e há tantas gerações, que não há uma diferença clara entre um e outro grupo. No entanto, o governo considera-se Árabe e considera a população do Darfur africana, ainda que nada - nem a cor da pele, nem a religião - distinga os dois grupos. A isto acresce ainda o facto de várias tribos do Darfur, especialmente as tribos nómadas, também se auto-intitularem como árabes e não como africanas.

Em ambos os casos (Ruanda e Darfur), é evidente que a questão das etnias apenas permaneceu como elemento conflituador porque alguns grupos, interessados no confronto, assim o quiseram. Sem a questão das etnias, ou a importância que lhes foi dada, talvez nenhum dos dois conflitos tivesse ocorrido. Por tudo isto, considero esta questão das etnias um elemento importante e comum aos dois conflitos, apresentando mesmo diversas semelhanças.

3.2. A Natureza dos Conflitos

Dos capítulos anteriores podem-se deduzir vários factos acerca dos dois conflitos e sobre a sua natureza. São semelhantes já que envolvem a questão étnica. No entanto, se analisarmos a brutalidade, a intensidade e o número de atrocidades, mesmo sendo em ambos os casos grave o que se passou, o conflito do Ruanda apresenta níveis mais elevados de violência e morte.

O conflito do Ruanda teve uma duração muito mais curta, no entanto, todas ou praticamente todas as estatísticas mostram um número muito mais elevado de mortes. Se compararmos o rácio das mortes relativamente à etnia que estava a ser alvo dos ataques, podemos chegar aos seguintes números: - quinhentos mil Tutsis mortos (estimativa baixa) significam a morte de 75% dos Tutsis que residiam no Ruanda⁶⁰. No caso do Darfur não existem números acerca do número de quantos denominados africanos é que existiam no Darfur, por isso é difícil calcular a percentagem de mortos da etnia perseguida. No entanto, a CJI estima que existe cerca de 17 vezes

⁶⁰ Alison Des Forges, *Leave None to Tell the Story* (New York: Human Rights Watch, 1999)

mais população deslocada do que morta no conflito. Usando estes valores apenas, podemos calcular que cerca de 6% da população perseguida foi morta. Estes 6% são o máximo dos máximos, já que neste cálculo não foi incluída a população que não foi deslocada nem morta.

Estas percentagens são reveladoras, até mais reveladoras do que se tivéssemos apenas o número de mortos, porque conseguimos perceber a intensidade e as intenções dos atacantes. No caso do Ruanda, não existe muito debate acerca da questão de Genocídio, porque com 75% dos Tutsis exterminados, não existe qualquer dúvida sobre se haveria ou não essa intenção. Havia com toda a certeza. No caso do Darfur, como já foi referido no capítulo anterior, com menos de 6% da população exterminada, apesar de continuar a ser uma percentagem alta, é muito mais difícil invocar o termo de genocídio.

Em relação à brutalidade, o Ruanda destaca-se claramente outra vez. Praticamente todos os mortos no Ruanda foram-no através de mortes directas (com intenção de matar) e de forma bárbara, como por exemplo, enterrando as vitimas vivas, amputando os membros, espancando-as até à morte ou afogando-as. No caso do Darfur, apenas 35%⁶¹ dos mortos foram por causa directa. Os restantes 65% foram devido à escassez de comida, água limpa e medicamentos. Eventualmente morreram de malnutrição ou de doença.

Com os dados aqui apresentados, apenas posso concluir que a natureza dos conflitos, nomeadamente a intensidade e a brutalidade, são completamente diferentes, e daí compreender que a intervenção internacional teria que também ser diferente. No entanto, ainda continuam a existir fortes semelhanças, de tal modo que os dois conflitos podem ser comparáveis entre si.

3.3. Alertas de Genocídio/Limpeza Étnica

⁶¹ Coalition for International Justice, Chronology of Reporting on Events Concerning the Conflict in Darfur, Sudan (Washington: CIJ, 2006)

Para compararmos a intervenção internacional face a este tipo de conflitos temos que, antes do mais, analisar os alertas feitos antes do Genocídio/Limpeza Étnica acontecer. No caso do Ruanda as tensões já eram conhecidas pelo resto do mundo, mas mais importante do que isso, os sinais de um genocídio iminente também eram notórios. No capítulo sobre o Ruanda detalhei alguns acontecimentos e o facto de algumas pessoas, ainda antes do genocídio ter começado, preverem o que estava para vir, mostra que a situação já ia dando alguns alertas graves, fazendo soar as campainhas mais atentas.

Por seu lado, o Darfur é dos sítios mais remotos e isolados do mundo, e as notícias para o exterior não acontecem com regularidade. Não existiram, por isso, quaisquer previsões sobre a possibilidade de ali vir a haver um conflito desta intensidade e com o objectivo de uma limpeza étnica. Só se começou a ouvir falar da possibilidade quer de um genocídio, quer de limpeza étnica já depois dos confrontos terem começado. Deste modo, seria mais difícil prevenir o conflito, mas no entanto, ainda seria possível remediá-lo se tal fosse, ou tivesse sido, a vontade das forças internacionais.

3.4. Comparação da Intervenção Internacional

O começo da intervenção internacional no Ruanda começa com a instituição da UNAMIR. Nesta altura, o começo do genocídio ainda não tinha ocorrido mas no entanto já existia alguma tensão entre os Tutsis e os Hutu. A UNAMIR tinha uma força de 2548 elementos naquele momento. No começo do genocídio, os Hutu tentaram intimidar a UNAMIR e conseguiram-no, pelo que a força da UNAMIR foi reduzida para 270 militares. Portanto, durante praticamente todo o genocídio, o número de tropas internacionais que podiam proteger as vítimas do genocídio, eram de apenas de 270.

No caso do Darfur, o conflito começou no princípio de 2003 e não existe uma data consensual para o seu fim, mas é geralmente situado entre 2009 e 2011. Pouco depois do conflito se ter iniciado foi criada a MUAS. A MUAS começou com 150 militares em 2004, aumentou pouco depois para 300 e um ano mais tarde para 7000. Também em 2005, foi criada a MNUS

com uma força de 10 000 soldados. Ainda em 2007 foi aprovada a UNAMID que seria integrada com a MUAS e contaria com uma força de 19 555 militares.

Deste modo podemos calcular que em missões de paz, durante 2003 a 2011 houve uma presença de 29 555 soldados (UNAMID + MNUS, não se adiciona os números da MUAS porque esta juntou-se à UNAMID).

Apesar do conflito ser mais brutal e intenso no Ruanda, houve uma muito fraca protecção dada pela comunidade internacional. Aliás a intervenção internacional que lá existia antes do genocídio passou para 10% da total depois do genocídio ter começado. No Darfur, foi ao contrário. A MUAS foi aumentando as suas tropas à medida que ia observando a gravidade do conflito. No caso do Ruanda houve 270 soldados internacionais para defender as vítimas, enquanto no Darfur houve perto de 30 000 militares. A diferença é muito grande e mostra que a comunidade internacional estava mais disponível para proteger as vítimas no caso do Darfur do que no caso do Ruanda.

Ainda que considere que a intervenção internacional foi muito melhor no caso do Darfur, já que no Ruanda foi praticamente inexistente, julgo que, mesmo assim, neste caso, as respostas dadas pela comunidade internacional foram bastantes lentas. A razão pela qual a intervenção internacional no Darfur, apesar de tudo, ter sido relativamente bem-sucedida, tem a ver com o facto de ter sido um conflito longo. O início do conflito no Darfur é geralmente situado no princípio de 2003, e a primeira missão de paz chegou em Agosto de 2004, ou seja, um ano e meio depois do começo do conflito e dos indícios de limpeza étnica. Se tivesse sido um conflito de alguns meses, como no Ruanda, a resposta da comunidade internacional teria sido demasiado lenta e os danos já se teriam todos verificados antes das missões de paz chegarem.

Na minha opinião, um das maiores ensinamentos a tirar pela comunidade internacional, depois do Genocídio no Ruanda, deveria ser o facto de que este tipo de ocorrências pode ter uma duração curtíssima e, para se conseguir de algum modo implementar a paz, o tempo de reacção da

comunidade internacional também tem que ser curto. Esta lição parece que não foi aprendida, depois, quando se deram os conflitos no Darfur.

O que une, então, o Ruanda e o Darfur nesta falta de interesse, pelo menos aparente, que foi mostrada por parte da comunidade internacional relativamente aos confrontos verificados nos dois territórios?

Esta questão tem sido muito debatida e na opinião de muitos analistas a razão para este alheamento da comunidade internacional teve a ver com o facto de não existir em nenhum destes países qualquer factor relevante (petróleo, diamantes, por exemplo) e por se tratar de países subdesenvolvidos. Confrontado com o facto do Darfur não ter recebido a devida intervenção internacional por parte da ONU/NATO/EUA/UE, Stephan Sinclair-Loutit encontra uma explicação:

*"I think UN/NATO/US generally do not want to undertake military action because it is very expensive, their soldiers get killed (one death in 2011 has the political impact of 1000 deaths in 1911), generally the interventions become unpopular and a political problem for the countries contributing the troops (Afghanistan is perfect example), and perhaps most of all because we are still in the post-Vietnam era. In Vietnam USA discovered that a) it lost the war b) war is not glory, it is horror and c) the war became so unpopular that the number one priority of the government was to find a way out; what a long way from the original gameplan of stopping the spread of communism and preserving freedom !! So understanding Vietnam is essential to understanding more about military intervention today."*⁶²

Este motivo é claro também no caso do Ruanda, já que os confrontos entre Hutu e Tutsis começaram pouco tempo depois das mortes dos

⁶² Traduzido pelo autor: "Acho que geralmente a ONU/NATO e os EUA não querem empreender operações militares porque os custos são elevados, há baixas (uma morte em 2011 tem o mesmo impacto do que 1000 mortes em 1911), as intervenções fazem perder popularidade e tornam-se problemáticas para os países que estão a contribuir com as suas tropas (o Afeganistão é um perfeito exemplo disso), e porque ainda estamos na era do pós-Vietname. No Vietname os EUA descobriram que a) tinham perdido a guerra, b) guerra não é glorificação/glória, mas antes de tudo horror/terror e c) a guerra fez perder de tal maneira o apoio das pessoas que a primeira prioridade era encontrar uma maneira de sair dela; já estavam muito longe do plano original, que era de impedir o avanço do comunismo e a preservar a liberdade!! Portanto, compreender o que aconteceu no Vietname é essencial para melhor compreender as intervenções militares hoje em dia."

soldados norte-americanos em Mogadixo. Em Mogadixo morreram 18 soldados norte-americanos, mas tal como Stephan Sinclair-Loutit explica, teve o impacto político de muitos mais. Os cidadãos norte-americanos começaram a questionar as políticas externas dos EUA e o “ambiente geral” da opinião pública é a de que os Estados Unidos não têm que resolver os problemas dos outros países à custa da vida dos seus próprios soldados.

No entanto, Stephan Sinclair-Loutit admite que desde a guerra do Vietname (e também Mogadixo), houve várias intervenções internacionais que se deveram a violações aos direitos humanos, mas cada uma tinha uma razão em especial. Por exemplo, a intervenção no Kosovo para ele, deu-se porque, entre outras razões, se tratava de um país europeu e, ainda por cima, pequeno:

“the pictures of ethnic Kosovars fleeing the country because of fear of Serb atrocities, in the heart of Europe (not Africa!) were intolerable to western public opinion and reminded the older generation of the flight of Jews in WW2. The West had let the Sebrenica massacre happen, was ashamed, and did not want to commit the same mistake. And Kosovo is very small so an easy military task to kick the Serbs out. And it was a quick win with no Vietnam syndrome.”⁶³

E mais recentemente, a intervenção na Líbia é explicada da seguinte maneira:

“a little like Kosovo; an imminent massacre of civilians in Benghazi by Gaddafi, though large the topography of the country very favourable to airforce strikes - airforce is now the favourite means of military intervention because it brings few deaths and quick (!) exit - and Gaddafi also had managed to infuriate western leaders, Sarkozy in particular who made the mistake of receiving Gaddafi on a state visit to France a few years previously,

⁶³ Traduzido pelo autor: “As imagens dos Kosovars fugindo do seu país por medo das atrocidades dos Sérvios, no coração da Europa (e não em África!) eram insuportáveis para a opinião pública no ocidente e faziam lembrar às gerações mais velhas a fuga dos judeus na segunda guerra mundial. O ocidente deixou acontecer o massacre de Srebrenica, envergonhava-se disso, e não queria cometer o mesmo erro. Como o Kosovo é um território pequeno era fácil expulsar os Sérvios. Era portanto uma vitória fácil sem a síndrome do Vietname.”

*Gaddafi humiliated France and Sarkozy needed to redress the political loss he had suffered.*⁶⁴

Estes dois exemplos mostram que os factores de localização geográfica, a importância económica e estratégica dos países em causa, a facilidade na intervenção militar e mesmo questões e conflitos pessoais (entre os líderes políticos – na mesma entrevista Stephan Sinclair- Loutit afirma que na guerra do Iraque, um dos motivos para a intervenção deveu-se ao facto de George Bush ter querido ir “mais além” do que o seu pai tinha ido), são factores importantes quando a comunidade internacional decide uma qualquer intervenção. No caso do Ruanda e do Darfur, nenhum destes factores existia, excepto talvez a facilidade de intervenção no Ruanda, ainda que a sua localização geográfica pudesse dificultar a mobilização de tropas internacionais.

No final desta entrevista, Stephan Sinclair-Loutit dá uma explicação relativamente à falta de interesse da comunidade internacional por uma intervenção militar a tempo e horas no Darfur, que poderia ter salvo muitas vidas:

*“there has been terrible human rights violations amounting to genocide; but it is far from Europe, no emotional appeal; it is vast; would be difficult military operation from logistic point of view; no real economic advantage in intervention; no particular set of events, or particular “personal” reasons to intervene; too likely to develop into another Vietnam. So the western countries decided to treat it as a humanitarian emergency only, gave massive humanitarian aid in place of military intervention”.*⁶⁵

⁶⁴ Traduzido pelo autor: “um pouco como o Kosovo; um massacre iminente de civis em Benghazi por Gaddafi, a topografia do país era favorável aos ataques aéreos - a força aérea é agora o meio de intervenção militar preferida porque acarreta poucas baixas e permite uma saída rápida - e Gaddafi também tinha conseguido enfurecer os líderes ocidentais. Sarkozy em particular cometeu o erro de receber Gaddafi numa visita de estado a França uns anos antes. Gaddafi humilhou/ofendeu a França e Sarkozy precisava de reequilibrar a derrota/malogro.”

⁶⁵ Traduzido pelo autor: “Tem havido violações terríveis dos direitos humanos equivalendo a um genocídio; mas é longe da Europa e não tem proximidade emocional; é vasto; seria uma difícil operação militar do ponto de vista da logística; não havia vantagens económicas numa intervenção; não havia um conjunto de acontecimentos, ou razões ‘pessoais’ para intervir; havia uma grande probabilidade que se tornasse num outro Vietname. Então os países ocidentais decidiram tratar dos acontecimentos como se só de urgências humanitárias se tratassem, e ofereceram uma gigantesca ajuda humanitária em vez de uma intervenção militar.”

Ou seja: um território pobre, longe da Europa e dos países mais desenvolvidos, que não “comove” as opiniões públicas (apesar dos graves atropelos aos direitos humanos), é deixado muitas vezes ao abandono e a intervenção militar, que poderia pôr fim ao genocídio ou à limpeza étnica das populações, é substituída, por uma intervenção humanitária massiva, menos arriscada, mas também – sobretudo nos casos de maior violência – não adequada às proporções dos conflitos em causa.

Conclusão

A pergunta principal, que esteve na base e no centro desta dissertação, era e é a seguinte: a comunidade internacional interveio no conflito do Darfur de maneira diferente daquela que foi a sua não intervenção no Ruanda, considerada por todos como um fracasso? Será que a comunidade internacional aprendeu com os erros?

A conclusão a que cheguei após a elaboração da dissertação é variável. A resposta é que sim, que a comunidade internacional aprendeu em alguns aspectos. E que não aprendeu nada noutros. Em termos de número efectivo de tropas, de capacidade de mobilização e de vontade de intervir, concluo que a comunidade internacional agiu, no conflito de Darfur, de maneira diferente e pela positiva relativamente à forma como reagiu à situação no Ruanda. Isto ainda ganha maior dimensão quando se sabe que, apesar de grave, o conflito do Darfur foi bastante menos violento, destruidor e mortífero do que o do Ruanda.

No entanto, em termos de tempo de reacção - foi um dos maiores erros da comunidade internacional no caso do Ruanda - acho que as principais organizações internacionais também não foram particularmente bem-sucedidas no Darfur, já que demoraram vários meses (mais do que um ano) a intervir militarmente.

Considero, por isso, que é neste ponto que reside o maior fracasso em ambas as intervenções: a intervenção no Ruanda já foi tardia, e no Darfur só não o foi porque o conflito foi muito longo. Sabendo-se que o tempo de reacção é importante para o desenvolvimento de qualquer conflito seria útil que a comunidade internacional, e em particular a ONU, desenvolvesse um método que encurtasse o tempo que leva a reagir a qualquer situação de emergência internacional. Em casos de grave abuso aos direitos humanos, a ONU deveria ter tropas em *stand-by* prontas para serem mobilizadas, a qualquer momento, para qualquer parte do mundo.

Na introdução, apresentei quatro hipóteses de trabalho para a pergunta a que esta dissertação pretende responder:

1. A comunidade internacional fracassou tanto no Darfur como no Ruanda;
2. Os conflitos do Ruanda e do Darfur têm uma natureza completamente diferente e, por isso, a intervenção internacional que deveria ter sido posta em prática no Ruanda (mas que não foi) não seria adequada para o Darfur;
3. A comunidade internacional aprendeu com os erros no Ruanda e implementou uma intervenção significativa no Darfur;
4. A comunidade internacional aprendeu com alguns dos erros no Ruanda, mas não com todos, de maneira que a intervenção no Darfur foi melhor sucedida, mas não conseguiu ser um sucesso total;

A primeira conclusão possível não é verdadeira pelas razões já demonstradas, nomeadamente o facto da intervenção internacional no Darfur ter assumido um efectivo de tropas muito mais elevado do que no Ruanda, com as implicações que isso teve no terreno, quer numa, quer noutra situação.

A segunda conclusão possível tem alguma verdade porque os conflitos foram um pouco diferentes. O conflito do Ruanda foi muito mais curto, mas muito mais intenso, e também porque ocorreu um genocídio, no verdadeiro sentido da palavra, ao contrário do que aconteceu no Darfur. No entanto, existem outras características que tornam os conflitos semelhantes, pelo que as duas situações e as respectivas intervenções internacionais podem ser de algum modo comparadas.

A terceira conclusão possível aplica-se também, em parte, já que considero, pela análise feita, que a comunidade internacional aprendeu com alguns dos erros no Ruanda. Mas julgo globalmente que esta conclusão não é, de facto, a mais adequada, uma vez que nem todos os erros verificados no Ruanda foram corrigidos no Darfur. Houve erros que se mantiveram, nomeadamente a lenta capacidade de reacção.

A quarta conclusão parece-me aquela que melhor se adequa à resposta inicial desta dissertação. E adequa-se pelos motivos já mencionados. Houve alguma correcção dos erros cometidos no Ruanda (que foi completamente abandonado) por parte da comunidade internacional,

mas, no geral, a intervenção no Darfur foi demorada e não impediu que milhares de pessoas fossem mortas, muitas outras deslocadas, aldeias destruídas, etc.

A intervenção internacional nestes dois conflitos, pode ser dividida em três pilares diferentes. O primeiro é a dimensão do contingente no terreno. Em relação a isto, a intervenção internacional foi muito melhor sucedida, já que passou de 270 efectivos no caso do Ruanda, a quase 30 mil no caso do Darfur. O segundo pilar, foi o tempo de reacção por parte da comunidade internacional. Neste caso, na minha opinião, ambos os conflitos não tiveram um tempo de reacção suficientemente veloz. No caso do Ruanda por ter sido um conflito curto, e no caso do Darfur por ter demorado um ano e meio até a intervenção ter chegado. O terceiro pilar, é o das restrições no mandato. Aqui, de novo parece-me que houve uma clara melhoria, já que no Genocídio do Ruanda, o mandato da UNAMIR era demasiado restrito, mas os mandatos das operações de paz no conflito do Darfur eram menos restritas, o que fez com que as intervenções tivessem mais sucesso.

Resta ainda saber – embora esse não fosse um dos objectivos desta análise – se depois do conflito do Darfur existiram quaisquer mudanças significativas nas intervenções internacionais. Sabemos pela investigação que fiz para esta dissertação que o caso do Ruanda – e a discussão em torno da falta de resposta internacional - foi marcante e que, a partir daí, houve algum tipo de mudança, ainda que mínimo, nas intervenções internacionais, quando se trata de graves abusos aos direitos humanos, como ficou registado em Darfur. Embora não tenha sido matéria de estudo, nem seja objecto desta dissertação, fiz essa pergunta a Stephan Sinclair-Loutit, que me respondeu:

*"It all stayed the same. Actually the Darfurian crisis was rather slow to unravel, it began smallish and then got bigger and bigger and deeper and deeper over a period of several years. Very different from the suddenness of say Kosovo."*⁶⁶

⁶⁶ Traduzido pelo autor: "Ficou tudo na mesma. Por acaso a crise do Darfur foi bastante lenta a desenvolver-se, começou pequena e cresceu sem parar durante um período de vários anos. Isto é muito diferente do desenrolar súbito dos acontecimentos no Kosovo, por exemplo."

Por esta resposta pode-se concluir que, de facto, o impacto do conflito do Ruanda foi muito maior do que o do Darfur relativamente à comunidade internacional e à capacidade de influenciar mudanças no comportamento e na reacção dos organismos internacionais face à violação grave dos direitos humanos e aos casos de genocídio e de limpeza étnica. O conhecimento do que se passou no Ruanda, a dimensão do genocídio e a não intervenção da comunidade internacional, trouxeram este assunto para a primeira página da actualidade, motivaram debates acesos e permitiram a introdução de alguma agilidade de resposta às instituições internacionais de que, de alguma forma, o Darfur beneficiou – nem que tenha sido apenas em número de tropas e no apoio humanitário.

Daí para cá poucas evoluções têm existido e mesmo o Darfur foi deixado “num fogo lento”, que ora quase se apaga e depois volta a reacender-se. Ou, como refere Stephan Sinclair-Loutit, já citado noutras partes desta dissertação, a propósito do Darfur:

*“there has been terrible human rights violations amounting to genocide; but it is far from Europe, no emotional appeal; it is vast; would be difficult military operation from logistic point of view; no real economic advantage in intervention; no particular set of events, or particular “personal” reasons to intervene; too likely to develop into another Vietnam. So the western countries decided to treat it as a humanitarian emergency only, gave massive humanitarian aid in place of military intervention”.*⁶⁷

Ou seja: na hora de decidir, para a comunidade internacional, não contam apenas as violações dos direitos humanos. Há muito mais a pesar. Seja ou não longe dos países mais desenvolvidos, da Europa; haja fortes interesses económicos; a logística não seja muito difícil; etc., etc. E muitas vezes, a necessária intervenção militar, dado os riscos que envolve, é substituída por

⁶⁷ Traduzido pelo autor: “Tem havido violações terríveis dos direitos humanos equivalendo a um genocídio; mas é longe da Europa e não tem proximidade emocional; é vasto; seria uma difícil operação militar do ponto de vista da logística; não havia vantagens económicas numa intervenção; não havia um conjunto de acontecimentos, ou razões ‘pessoais’ para intervir; havia uma grande probabilidade que se tornasse num outro Vietname. Por isso, os países ocidentais decidiram tratar dos acontecimentos como se só de urgências humanitárias se tratassem, e ofereceram uma gigantesca ajuda humanitária em vez de uma intervenção militar.”

uma acção humanitária de emergência que pouco resolve face à violência existente no terreno.

Bibliografia

Coalition for International Justice. Chronology of Reporting on Events Concerning the Conflict in Darfur, Sudan. Washington: CIJ, 2006.

Des Forges, Alison; Leave None to Tell the Story: Genocide in Rwanda. New York: Human Rights Watch, 1999.

Dias, Carlos Manuel Mendes; Geopolítica: Teorização Clássica e Ensinos. Lisboa: Prefácio Edições, 2005.

Flint, Julie, De Waal, Alex. Darfur: A New History of a Long War. London: Zed Books, 2008.

Harff, Barbara. No Lessons Learned from the Holocaust? Assessing Risks of Genocide and Political Mass Murder since 1945. American Political Science Review 97, 2003.

International Crisis Group. The AU's Mission in Darfur: Bridging the Gaps. Brussels: ICG, 2005.

Kasfir, Nelson. Sudan's Darfur: Is It Genocide?. Current History vol. 104, 2005.

Mamdani, Mahmood. When Victims Become Killers: Colonialism, Nativism, and the Genocide in Rwanda. Princeton NJ: Princeton University Press, 2001.

Moreira, Adriano. Teoria das Relações Internacionais. Coimbra: Almedina, 2011.

Nações Unidas. Report of the Independent Inquiry into the actions of the United Nations during the 1994 Genocide in Rwanda. United Nations, Security Council, 1999.

Nações Unidas. Report of the International Commission of Inquiry on Darfur to the United Nations Secretary-General. Geneva: United Nations, 2005.

Organização Da Unidade Africana. Rwanda: The Preventable Genocide. 2000.

Prunier, Gérard. *The Rwanda Crisis: History of a Genocide*. New York: Columbia University Press, 1997.

Prunier, Gérard. *Darfur: The Ambiguous Genocide*. Ithaca: Cornell University Press, 2007.

Sitbon, Michel. *Ruanda, um genocídio na consciência*. Lisboa: Edições Dinossauro, 1998.

Straus, Scott. *Rwanda and Darfur: A Comparative Analysis*. Madison: University of Wisconsin Press, 2006.

The CIA World Factbook 2010. New York, NY: Skyhorse, 2009

Worldmark Encyclopedia of the Nations, 2007. Volume 2, "Rwanda"

Anexo 1 – Telegrama de Dallaire - “Pedido de protecção para o Informante”

Pedido de protecção para o Informante - 11/01/1994

1. Force commander put in contact with informant by very very important government politician. Informant is a top level trainer in the cadre of interhamwe-armed militia of MRND.
2. He informed us he was in charge of last Saturdays demonstrations which aims were to target deputies of opposition parties coming to ceremonies and Belgian soldiers. They hoped to provoke the RPF BN to engage (being fired upon) the demonstrators and provoke a civil war. Deputies were to be assassinated upon entry or exit from Parliament. Belgian troops were to be provoked and if Belgians soldiers restored to force a number of them were to be killed and thus guarantee Belgian withdrawal from Rwanda.
3. Informant confirmed 48 RGF PARA CDO and a few members of the gendarmerie participated in demonstrations in plain clothes. Also at least one Minister of the MRND and the sous-prefect of Kigali were in the demonstration. RGF and Interhamwe provided radio communications.
4. Informant is a former security member of the president. He also stated he is paid RF150,000 per month by the MRND party to train Interhamwe. Direct link is to chief of staff RGF and president of the MRND for financial and material support.
5. Interhamwe has trained 1700 men in RGF military camps outside the capital. The 1700 are scattered in groups of 40 throughout Kigali. Since UNAMIR deployed he has trained 300 personnel in three week training sessions at RGF camps. Training focus was discipline, weapons, explosives, close combat and tactics.

6. Principal aim of Interhamwe in the past was to protect Kigali from RPF. Since UNAMIR mandate he has been ordered to register all Tutsi in Kigali. He suspects it is for their extermination. Example he gave was that in 20 minutes his personnel could kill up to 1000 Tutsis.

7. Informant states he disagrees with anti-Tutsi extermination. He supports opposition to RPF but cannot support killing of innocent persons. He also stated that he believes the president does not have full control over all elements of his old party/faction.

8. Informant is prepared to provide location of major weapons cache with at least 135 weapons. He already has distributed 110 weapons including 35 with ammunition and can give us details of their location. Type of weapons are G3 and AK47 provided by RGF. He was ready to go to the arms cache tonight-if we gave him the following guarantee. He requests that he and his family (his wife and four children) be placed under our protection.

9. It is our intention to take action within the next 36 hours with a possible H HR of Wednesday at dawn (local). Informant states that hostilities may commence again if political deadlock ends. Violence could take place day of the ceremonies or the day after. Therefore Wednesday will give greatest chance of success and also be most timely to provide significant input to on-going political negotiations.

10. It is recommended that informant be granted protection and evacuated out of Rwanda. This HQ does not have previous UN experience in such matters and urgently requests guidance. No contact has as yet been made to any embassy in order to inquire if they are prepared to protect him for a period of time by granting diplomatic immunity in their embassy in Kigali before moving him and his family out of the country.

11. Force commander will be meeting with the very very important political person tomorrow morning in order to ensure that this individual is conscious of all parameters of his involvement. Force commander does have certain reservations on the suddenness of the change of heart of the informant to come clean with this information. Recce of armed cache and detailed planning of raid to go on late tomorrow. Possibility of a trap not fully

excluded, as this may be a set-up against this very very important political person. Force commander to inform SRSG first thing in morning to ensure his support.

13. Peux Ce Que Veux. Allons-y.

Anexo 2 – Primeira entrevista a Stephan Sinclair-Loutit

25/09/2012 - Entrevistado por e-mail

Daniel - Why you think there hasn't been any major military intervention by UN/NATO/US/any other country like there was in Kosovo, Iraq, Libya and so many other places?

Stephan - I think UN/NATO/US generally do not want to undertake military action because it is very expensive, their soldiers get killed (one death in 2011 has the political impact of 1000 deaths in 1911), generally the interventions become unpopular and a political problem for the countries contributing the troops (Afghanistan is perfect example), and perhaps most of all because we are still in the post-Vietnam era. In Vietnam USA discovered that a) it lost the war !!! b) war is not glory, it is horror and c) the war became so unpopular that the number one priority of the government was to find a way out; what a long way from the original gameplan of stopping the spread of communism and preserving freedom !! So understanding Vietnam is essential to understanding more about military intervention today.

Yet there have been quite a few military interventions since Vietnam. I think each one has its own special reasons:

Kosovo: the pictures of ethnic Kosovars fleeing the country because of fear of Serb atrocities, in the heart of Europe (not Africa!) were intolerable to western public opinion and reminded the older generation of the flight of Jews in WW2. The West had let the Sebrenica massacre happen, was ashamed, and did not want to commit the same mistake. And Kosovo is very small so an easy military task to kick the Serbs out. And it was a quick win with no Vietnam syndrome.

Afghanistan: the beginning is easy to understand; it was used as the base for the largest ever terrorist attack on USA; it was necessary for USA to eliminate any further threat to its national security; USA proceeded to eliminate the threat, flight of Bin Laden; what gets more complicated is why

the military intervention continued for so many years afterwards, and indeed it looks like becoming another Vietnam.

Iraq: it was complicated from the beginning, not obvious at all, the weapons of mass destruction issue was controversial and it now appears to have been the excuse not the reason; I put it down to the following: Saddam was a good hate figure and had a rare ability to enrage other powers; Bush father had made the mistake of not bringing the first Iraq war to a decisive military conclusion (USA kicked Iraq out of Kuwait but did not destroy Iraq army or eliminate Saddam) and Bush son wanted to do better than his father... USA had a particularly eloquent Minister of Defense, Donald Rumsfeld, USA was still traumatised by 9/11 and all these factors enabled USA to go to war; but note how unpopular it later became and the priority was to get out.

Lybia: a little like Kosovo; an imminent massacre of civilians in Benghazi by Gaddafi, though large the topography of the country very favourable to airforce strikes - airforce is now the favourite means of military intervention because it brings few deaths and quick (!) exit - and Gaddafi also had managed to enrage western leaders, Sarkozy in particular who made the mistake of receiving Gaddafi on a state visit to France a few years previously, Gaddafi humiliated France and Sarkozy needed to redress the political loss he had suffered.

We get to Darfur: yes, there has been terrible human rights violations amounting to genocide; but it is far from Europe, no emotional appeal; it is vast; would be difficult military operation from logistic point of view; no real economic advantage in intervention; no particular set of events, or particular "personal" reasons to intervene; too likely to develop into another Vietnam. So the western countries decided to treat it as a humanitarian emergency only, gave massive humanitarian aid in place of military intervention; but it is complicated because there are UN peacekeepers despite there being no peace and the power structure unchanged; reason for that probably linked to the war then peace deal in South Sudan but I am not sure of their exact mandate.

Anexo 3 – Segunda entrevista a Stephan Sinclair-Loutit

2/11/2012 – Entrevistado por e-mail

1. In your opinion were the peacekeeping missions in darfur a success or a failure? Why?

I believe they were a relative success in the sense that there was a reduced number of acts of war between the government forces and the rebels after the peacekeeping mission was deployed. But it was not a halt to acts of war and there were even instances when the peacekeepers themselves suffered attacks.

But it is only very relative success because the war had essentially already been won by the govt side and its janjaweed militias, the non-arab population had already been chased off vast tracks of land, hence the refugees and the much greater number of IDPs. So the peacekeepers kept a relative peace in a situation where the ethnic cleansing had already taken place and as far as I know there has been no return movement. But perhaps the atrocities and the ethnic cleansing would have continued longer and been even worse without the peacekeepers ?

2. Did the darfurians feel left behind by the international community?

Darfur is one of the most remote parts of the world, not sure that the Darfurians had any idea as to what the "international community" is. So I am inclined to respond in the negative. And the general standard of education in Darfur is extremely low and that automatically impacts on knowledge of the outside world.

3. How do the darfurians think the situation can be solved and what do they expect of the international community?

I have no idea. Probably the rebel groups are interested in things like who can give them weapons and they would be looking around at the regional power politics of Sudan, Chad and Lybia, all the shifting alliances in that

region so as to find their enemy's enemy and have him as their friend... As for the common man probably they regard their fate as being in the hands of God, one must bear in mind that Darfurians are very ardent Moslems, there are ethnic divisions but everyone is Moslem.

4. Were the mandates of the peacekeeping missions in Darfur limited?

No mandate is unlimited but I do not know the details.

5. How does the UNHCR communicate with the department of peacekeeping operations?

Depends at what level.

I remember at my field level in Chad the Darfur peacekeepers unexpectedly came to one of the refugee camps in Chad mainly just to see and gather info. They knew so little. Normal because they are soldiers and refugee camps is not their professional area. And they couldn't care less that when they came in their armoured vehicles the refugees feared they were under attack ! So I basically asked them to get out and not come back !

But at more senior levels there is quite a lot of communication. Escorting relief convoys is a typical area where UNHCR invites peacekeepers. And patrolling areas in the effort to maintain the security needed to reduce civilian exodus or allow civilian return. So there's both cooperation and exchange of information. Each will be keen to know what the other is doing and thinking and will report on it to their hierarchies.

6. What about the communication links between the DPKO and the security council?

Too high up for me but I would expect the head of DPKO provides briefings to the Security Council.

7. Having had first hand experience with many involved in the Darfur conflict, do you think that it can be constituted as genocide?

Ethnic cleansing certainly, genocide not sure. Believe the intention was more to chase people away rather than kill them. But plenty were killed too. You would need to look at dictionary definition and numbers killed.

8. Did this conflict change the speed and ability to react of international organizations or did it all stay the same?

It all stayed the same.

Actually the Darfurian crisis was rather slow to unravel, it began smallish and then got bigger and bigger and deeper and deeper over a period of several years. Very different from the suddenness of say Kosovo.